



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANILSON IVANDRO GONÇALVES DA VEIGA

**COOPERAÇÃO NORTE-SUL: UM ESTUDO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A
UNIÃO EUROPEIA E A REPÚBLICA DE CABO VERDE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

DANILSON IVANDRO GONÇALVES DA VEIGA

**COOPERAÇÃO NORTE-SUL: UM ESTUDO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A
UNIÃO EUROPEIA E A REPÚBLICA DE CABO VERDE**

Trabalho de conclusão do curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

V528c

Veiga, Danilson Ivandro Gonçalves da.

Cooperação Norte-Sul : um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde / Danilson Ivandro Gonçalves da Veiga. - 2019.

71 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

1. Cabo Verde - Cooperação internacional - União Europeia. 2. Diplomacia.
3. Relações econômicas internacionais. 4. União Europeia - Cooperação internacional - Cabo Verde. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.4009665

DANILSON IVANDRO GONÇALVES DA VEIGA

**COOPERAÇÃO NORTE-SUL: UM ESTUDO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A
UNIÃO EUROPEIA E A REPÚBLICA DE CABO VERDE**

Trabalho apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 05 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros – Orientador

Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ercilio Neves Brandão Langa

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

*Dedico este Trabalho às Mulheres da
minha vida: Maria Borges (avó in memória)
Maria Filomena Borges Gonçalves (Mãe),
Sónia da Veiga (Irmã), Aísha Gonçalves
(minha filha, anseio por sua chegada) e
Beatriz Gomes (namorada) e a toda minha
família.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pelo dom da sabedoria que concedeu. Da mesma forma em especial agradeço a minha mãe Maria Filomena Borges Gonçalves pela humildade e por tudo que fez por mim e por nunca desistir de mim, mantendo e incentivando de forma incansável nesta caminhada acadêmica. Você é a melhor mãe do mundo. A minha irmã e meus irmãos: Sónia Veiga, Helder Veiga e Walter Gonçalves, que sempre me deram forças para que hoje esteja aqui nessa caminhada longa e dura de cabeça erguida. A meus primos: Smaieirão dos Santos e Nilton Fernandes. Vocês são as minhas fontes de inspiração. E toda a minha família de modo geral em especial meus tios e tias.

Agradeço a minha namorada Beatriz Gomes pela atenção e carinho ao longo dos últimos dois anos numa fase mais complicada da minha graduação, e claro, pelo presente que esperamos que é a nossa princesa Aísha Gonçalves. Assim, deixo aqui também um agradecimento sentido especial ao Emanuel Semedo pela atenção, carinho e aprendizado, compartilhando dos 5 anos de moradia e pelo ombro amigo que sempre me deu e que em várias situações fizeram parte do meu percurso, e aos guerreiros Nilton Gomes, Iuri Rosário, Eduardo Garcia, André Joel, Michel Carvalho e Paulo Renner.

Ao meu orientador professor doutor Deolindo Nunes de Barros, pela disponibilidade, pelo aprendizado e contribuição para conclusão dessa pesquisa. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos e amigas em especial Braima Seidi e Agostinho da Silva (mesmo distante ainda pude contar com você), Emily Veloso, Rafaela Bacelar, Edsana Santos, Sara Salvaterra, Gisele Pereira, e aos colegas da primeira e melhor turma de Relações Internacionais da UNILAB: Aila Gomes, Beto Infandé, Chitungane Chachuaio, Clemente Mendes, Emanuel Semedo, Elma Mané, Iuri Rosário, Jenito Toalha, Lazaro Una, Locarine Mendes, Mamadu Seidi, Moacir da Gama, Manuela Pereira, Naentrem Sanca, Nemésio de Sá, Nilton Gomes, Sara Salvaterra e Solange Cabral. Nós somos uma família. Também estendo esse obrigado a todos da primeira entrada (2014.1) famílias eternas.

Aos guerreiros do coletivo *Djanta-Djanta* (abós bu txiunka na cita nomis pa nomis¹) vocês são meus bondes e força de luta durante essa trajetória. De uma forma

¹ Vocês são muitos e não dá para citar os nomes de cada um.

geral um agradecimento aos amigos/as e a todos os que de diferentes formas contribuíram para a realização do presente trabalho, a todos agradeço reconhecidamente e a todos os meus calouros (desde 2015.1 até 2019.1). E, por fim, e não menos importante, aos meus ilustres professores e professoras, a todas as amizades feitas ao longo dessa caminhada, e a UNILAB pela oportunidade concedida.

RESUMO

Em face aos significativos desenvolvimentos testemunhados nas últimas décadas na conjuntura global, mais concretamente os desenvolvimentos tecnológicos e industriais, tanto as supremacias tradicionais ocidentais quanto as emergentes pautam suas ações no plano nacional e internacional pela afirmação, expansão e consolidação, onde procuram a todo custo conveniências para satisfazer as suas necessidades domésticas e, sobretudo, conquistar a admiração e respeito dos seus cooperadores. Partindo desta premissa, a pesquisa analisa a atuação Política-diplomática de alguns dos países da União Europeia – UE na sua cooperação com a República de Cabo Verde, suas dinâmicas, suas implicações. Para tal análise nos valem de levantamento de dados (pesquisas bibliográficas), bem como análise dos dados levantados a luz das teorias de Relações Internacionais. Assim, atribuiu a essa pesquisa uma análise qualitativa. A UE tem se empenhado em levar a cabo várias ações visando a implantação de infraestruturas no mencionado país, bem como fortalecimento da cooperação no plano comercial, educacional, pesqueiro, social, entre outros. A mencionada cooperação, assim, parece beneficiar desproporcionalmente a Organização Regional do Norte e mantém uma dinâmica neocolonial com o país do Sul global. Por isso, através das análises teóricas dos realistas e liberais (interdependência) ilustramos até que ponto essa retórica de solidariedade fundamentada pelos responsáveis da diplomacia cabo-verdiana e UE, corresponde à realidade dessa ação. A pesquisa conclui-se que apesar de maior benefício a ser destinada a Comunidade Europeia, há benefícios comuns entre as partes. Ademais, notamos que ambas defendem seus interesses geopolíticos e geoeconômicos nessa parceria.

Palavras-chaves: Cabo Verde - Cooperação internacional - União Europeia. Diplomacia. Relações econômicas internacionais. União Europeia - Cooperação internacional - Cabo Verde.

ABSTRACT

In view of the significant developments witnessed in the last decades in the global conjuncture, namely the technological and industrial developments, both the western and emerging traditional supremacies base their actions at the national and international level by affirming, expanding and consolidating, where they seek at all costs conveniences, to meet their domestic needs and above all to win the admiration and respect of their co-workers. Based on this premise, the research analyzes the political-diplomatic performance of some of the countries of the European Union - EU in their cooperation with the Republic of Cape Verde. Its dynamics, its implications. For such analysis we use data collection (bibliographic research), as well as analysis of data raised in the light of theories of international relations. Thus, it attributed to this research a qualitative analysis. The EU has endeavored to undertake various actions aimed at the establishment of major infrastructures in the country, as well as strengthening cooperation in the commercial, educational, fishing, social and other fields. Such cooperation thus seems to disproportionately benefit the Northern Regional Organization (EU) and maintain a neo-colonial dynamic with the global South. Therefore, through the theoretical analyzes of the realists and liberals (interdependence) we illustrate to what extent this rhetoric of solidarity founded by those responsible for Cape Verdean diplomacy and EU, corresponds to the reality of this action. The research concludes that although greater benefit is intended for the European Community there are common benefits between the parties. We also note that both defend their geopolitical and geoeconomic interests in this partnership.

Keywords: Cape Verde - International cooperation - European Union. Diplomacy. International economic relations. European Union - International cooperation - Cape Verde.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Peso da Moeda em Cabaz em 1991	50
Gráfico 2	Parceiros Comerciais Externos de Cabo Verde por Zonas Econômicas	58
Gráfico 3	Exportação de mercadorias por países de destinos em mil contos (2018)	59
Gráfico 4	Importação de mercadorias de Cabo Verde por país de origem em mil contos (2018)	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acordo de Cotonou
ACC – Acordo de Câmbio
ACP – África, Caraíba e Pacífico
APD – Apoio para Desenvolvimento
APE – Acordo de Parceria Especial
BCV – Banco de Cabo Verde
BM – Banco Mundial
CEAO – Comunidade Econômica da África do Oeste
CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CI – Cooperação Internacional
CV – Cabo Verde
CVTELECOM – Empresa de Telecomunicação de Cabo Verde
ECV – Escudo Cabo-verdiano
ELETRA – Empresa de Eletricidade e Água
ENACOL – Empresa Nacional de Combustível
EUA – Estados Unidos de América
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INE – Instituto Nacional de Estatística
IR – Integração Regional
LOPE – Lei da Organização Política do Estado de Cabo Verde
MCA – Millenium Challenge Account
MCC – Millenium Challenge Corporation
MPD – Movimento para Democracia
OI – Organizações Internacionais de Comércio
OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONU – Organizações das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PAICV – Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PMA – Países Menos Avançados
PDM – Países de Desenvolvimento Médio
PD – Países Desenvolvidos
PE – Política Externa
PEI – Pequenos Estados Insulares
PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PTE – Escudo Português
PVD – Países em Vias de Desenvolvimento
RI – Relações Internacionais
SI – Sistema Internacional
TRI – Teoria das Relações Internacionais
UA – União Africana
UDAO – União Aduaneira de Oeste
UE – União Europeia
UEMOA – União Monetária Oeste Africana
URM – União do Rio Mano
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS	18
2.1	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: POR QUE OS ESTADOS SE COOPERAM	20
2.2	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E TEORIAS CLÁSSICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REALISMO E LIBERALISMO	22
3	POLÍTICA EXTERNA DE CABO-VERDE: BREVE REFLEXÃO	27
3.1	A POLÍTICA EXTERNA – PE DE CABO VERDE NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA	27
3.2	INTEGRAÇÃO REGIONAL – IR: INSERÇÃO DE CABO VERDE NAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	34
3.3	DIPLOMACIA ECONÔMICA: BREVE REFLEXÃO SOBRE CABO VERDE E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – OMC E BM	38
4	A COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE E ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA	41
4.1	AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO – APD DA UE PARA CABO VERDE	44
4.2	A PARIDADE DA MOEDA: ACORDO CAMBIAL ENTRE CABO VERDE PORTUGAL	49
4.3	ACORDO DE PARCERIA ESPECIAL UE E CV	53
4.4	ACORDOS COMERCIAIS ENTRE CABO VERDE E EU	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Na época colonial e posteriormente com a conquista de independência nos meados da década de 1970, Cabo Verde já apresentava indícios de precariedade e vulnerabilidade devido ao posicionamento geográfico, geoclimático e também falta de recursos naturais tradicionais e humanos. Para superar esses obstáculos o país logo estabeleceu relações de cooperação e parcerias, com diversos atores que se tornaram um padrão na história daquele país, tendo a União Europeia – UE como pilar desse plano de cooperação para o desenvolvimento, alegando as afinidades sócio históricas baseadas em valores culturais, elos políticos, entre outros fundamentos.

Posto isso, o objetivo geral dessa investigação consiste em analisar a atuação política/diplomática da UE na sua cooperação com a República de Cabo Verde: suas dinâmicas, suas implicações e os reais interesses envolvidos não declarados. Sabe-se que no âmbito das relações internacionais, a política externa é o meio eficaz para a projeção internacional de um país e atração de recursos. Neste contexto, a parceria por meio de acordos específicos, são estratégias cruciais para a mobilização de ajudas para o desenvolvimento (SEMEDO, 2015, p. 1).

Do ponto de vista da cooperação, Cabo Verde torna-se um importante, objeto de estudo, tendo em vista que desde a conquista da independência em 1975, o governo autóctone entendia que o melhor caminho para superar as dificuldades e garantir a estabilidade do país era por meio de política externa e diplomacia, visto que as realidades nacionais apresentavam indícios de vulnerabilidade e precariedade. Desde então os líderes cabo-verdianos tem apostado firmemente na política externa como mecanismo de garantia do desenvolvimento e superação das vicissitudes. Sendo um conjunto de ilhas e alguns ilhéus, Cabo Verde está estritamente incluído na categoria dos pequenos Estados do mundo com características estruturais peculiares que apresentam indícios de vulnerabilidade tanto no âmbito econômico como ambiental. Por isso, tanto no período colonial como após a conquista da independência a dependência do exterior faz-se o cotidiano de Cabo Verde e dos cabo-verdianos.

A propósito, a sua diplomacia tem tido resultados positivos. A título de exemplo temos a conquista do prêmio do Millennium Challenge Account – MCA, classificação de países de desenvolvimento médio reconhecido pela ONU em 2008, a adesão na OMC em 2008, entre outras conquistas. Tais conquistas ilustram que apesar das suas

limitações a política externa tem conseguido driblar as suas condicionalidades naturais. Porém, mesmo assim ainda é um país vulnerável em termos de recursos, com forte dependência dos fluxos externos e uma estrutura macroeconômica precária. O que representa uma luta constante em firmar parcerias com países economicamente mais sólidos e desenvolvidos, para que possam de certa forma auxiliar no seu desenvolvimento em diversas áreas no qual ela demonstra precariedade.

Efetivamente, desde o surgimento dos primeiros movimentos anticoloniais os líderes desses movimentos haviam iniciado os primeiros contatos com o mundo exterior para a luta pela emancipação política. Amílcar Cabral, um dos expoentes máximos do movimento, nascido na Guiné e viveu a sua infância nas ilhas de Cabo Verde, ao visitar² a Guiné após o fim da formação em agronomia realizado em Portugal, numa visita a uma das comunidades do interior da Guiné percebeu como a população vivia em condições desumanas e deu início aos primeiros contatos com o mundo fora e alguns jovens nacionais para a emancipação política daqueles “territórios ultramarinos”. Consequentemente, “em meados da década de 1970, fruto de grandes esforços e baseados nos princípios da diplomacia, o país ascendeu à categoria de independente, sendo reconhecido pelas Nações Unidas” (VIEIRA, 2012, p. 1)

Entretanto, este seria o marco da diplomacia dos povos autóctones que até os dias de hoje tem prevalecido. Após a conquista da independência os países mantiveram alguns laços com países mais sólidos que viabilizassem o desenvolvimento e a inserção desses territórios independentes no sistema internacional. Nesta perspectiva, Cristina Pecequilo (2016) defende que nenhum Estado vive totalmente independente do outro, e que existem sim Estados mais vulneráveis e essa vulnerabilidade lhes torna mais dependentes dos outros. A partir desta afirmação busca-se com esta pesquisa conhecer o significado e a importância de cooperar no sistema internacional, a fim de compreender o porquê que os Estados se cooperam e perceber as dinâmicas dessa cooperação. Além disso, possibilita-nos compreender não só o processo da expansão geopolítica europeia, mas também como Cabo Verde se posiciona no Sistema Internacional.

A sua relação com UE no olhar dos governantes tem sido vista apenas como:

² Foi uma visita de trabalho em prol do governo português.

benevolente, solidária e amistosa, ocultando assim, em grande medida, os reais motivos e intenções da mesma. É isso que faz da nossa pesquisa relevante para desmistificar a política de cooperação entre a potência europeia e a República de Cabo Verde. Também será um contributo do ponto de vista de análise do cenário da política externa cabo-verdiana e seus desdobramentos, na medida em que será o incitar de um “senso crítico” nos agentes responsáveis pela diplomacia do país sobre suas ações e planos de execução e estabelecimento de relações com seus parceiros do desenvolvimento.

Ademais, a presença da delegação da UE no solo africano têm sido importante, visto que com a instalação das suas delegações no arquipélago vão acompanhando de perto se o país “tem cumprido os princípios defendidos pela UE, nomeadamente as exigências políticas de ser democrático, com respeito pelos direitos humanos” (VIEIRA, 2012, p.32). Por outro lado, a UE configurou-se num dos principais parceiros económicos e comerciais de Cabo Verde. Esta diplomacia tem sido utilizada pelas elites políticas cabo-verdianas como instrumento de combate às vulnerabilidades e precariedades desde a aderência do Estado na convenção de Lomé (1975) e acordo de Cotonou (2000) até os dias de hoje. Entretanto, mesmo com os cerceamentos apresentados, Cabo Verde tem conseguido de forma tímida encontrar mecanismos e estratégias que permitem amenizar os efeitos negativos da insularidade e vulnerabilidade, tornando suas limitações em oportunidades de desenvolvimento.

Em forma de síntese, mesmo com a existência de uma diversidade de estudos sobre a cooperação entre os dois atores, acredita-se que a nossa abordagem é inovadora, na perspectiva de fazer uma análise à luz das teorias *mainstreams* das Relações Internacionais para compreender as dinâmicas dessa cooperação e os interesses não declarados. Além disso, esta pesquisa objetiva-se em preencher uma lacuna nos estudos sobre a temática da cooperação a partir das teorias das Relações Internacionais na tentativa de construir diálogos que evidenciam as intenções dessa cooperação. Assim sendo, a questão norteadora da nossa pesquisa é: como podemos considerar a cooperação entre a UE e a República de Cabo Verde? Solidariedade ou interesses?

Para esta análise atribuiu-se ao estudo uma natureza qualitativa que, em grande medida facilita o maior entendimento dos fenômenos estudados. De acordo com Minayo (2001) “uma pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Quer dizer, a mesma trabalha com o universo de

significados, aspirações, princípios e atitudes, correspondendo assim a um recinto mais profundo das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos em somatórios numéricos. Os estudos qualitativos englobam dois tipos a saber: etnografia e estudo de caso. Este último é uma das técnicas de pesquisa que conduziu o nosso trabalho. Também foi feita uma pesquisa documental, com intuito de ter acesso aos documentos oficiais do governo, nomeadamente os projetos de cooperação e outros documentos oficiais que regem a diplomacia entre as duas instituições. Por fim, vale ressaltar que nesse estudo adotamos o método histórico descritiva para analisar alguns dos acontecimentos históricos, como o caso das relações desenvolvidas pelos movimentos anticoloniais e seus desdobramentos em Cabo Verde, especialmente as relações com Portugal. Estes que durante o período da luta pela emancipação já mantinham relações com as ilhas de Cabo Verde.

A presente monografia está estruturada da seguinte forma: no primeiro, capítulo faremos o enquadramento teórico e contextualização geral da problemática da cooperação internacional a partir dos pensamentos dos teóricos realistas e liberais e suas abordagens sobre a cooperação na política internacional. Ainda nesse capítulo debate-se os fundamentos da cooperação e o que leva os Estados a cooperar na ordem internacional. No segundo capítulo, apresentamos a política externa de Cabo Verde e a sua consolidação dentro de um momento conturbador. Analisamos como que um país que foi considerado inviável e de carências de estruturas econômicas, políticas e sociais conseguiu driblar alguns obstáculos e se impor diante da conjuntura internacional. Também mostramos como o pragmatismo da sua diplomacia tem sido importante para as ilhas na busca pelo sonhado desenvolvimento sustentável. Por fim, e não menos importante, no terceiro e último capítulo faz-se a análise de alguns desdobramentos sobre a atuação política e diplomática de alguns países da UE em Cabo Verde para entender as dinâmicas dessa aproximação sólida entre os dois atores geograficamente distantes. No mesmo capítulo faz-se uma análise crítica dessas parcerias no plano geopolítico, as ambições e dinâmicas dessa cooperação. Além disso, analisamos alguns acordos e tratados celebrados entre as partes.

2 CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

No âmbito da política internacional a cooperação é utilizada pelos agentes internacionais como estratégias de atuação conjunta para solucionar os problemas que afetam o Sistema Internacional – SI e que um determinado Estado ou entidade internacional não consegue solucionar de forma individual. Um exemplo prático pode ser notado logo após a Segunda Guerra Mundial em que os Estados passaram a serem uma comunidade internacional interdependente e global, na qual as atividades conjuntas eram importantes para que não venha a acontecer uma nova guerra. Por isso, desde então todas as práticas e decisões conjuntas passaram de antes ser denominadas de Cooperação Internacional – CI. Porém, de acordo com Milani (2018, p. 35), “muitas das visões e pensamentos que nortearam o pensamento das elites governamentais e inclusive algumas das organizações hoje atuantes em campo da cooperação internacional para o desenvolvimento surgiram bem antes de 1945”.

Acredita-se que a cooperação é o meio pelo qual os Estados tentam de forma pacífica garantir as relações internacionais, de forma a possibilitar a estabilidade do sistema internacional, promovendo ações de desenvolvimento global. Num universo cada vez mais globalizado, integrado e competitivo a governança e desenvolvimento global tornam-se indispensáveis na política internacional. Neste contexto, a cooperação surge como instrumento facilitador de superação dos obstáculos que impedem o desenvolvimento no âmbito local, regional, extra-regional e global. Por isso, os conjuntos de objetivos comuns permitem que se cooperem, de modo que garanta a inviolabilidade da soberania.

Neste contexto, algumas teorias são mais flexíveis quanto à ideia de cooperação interestatal e outros nem tanto. Quando se fala do realismo parece-nos que a cooperação não tem espaço nas suas análises. Por outro lado, os liberais deixam mais abertos as possibilidades de cooperação e seus desdobramentos. Segundo Maciel (2009, p.219) o liberalismo e o realismo surgiram como teorias que visam explicar os fenômenos das guerras entre Estados, que por meio destas começaram a refletir sobre a realidade internacional.

Apesar das teorias *mainstreams* surgirem com o propósito inicial de refletir e problematizar as questões das guerras, com o tempo se tornou num elemento crucial para explicar outros eventos internacionais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial os países se tornaram mais dependentes uns dos outros, justamente pelos danos

causados na Europa pelas guerras. Para reconstruir os Estados europeus os Estados Unidos da América – EUA - criaram e implementaram o Plano Marshall para seus aliados. Essa ação foi uma das primeiras ações desenvolvidas no âmbito internacional para desenvolvimento e reestruturação de um Estado ou grupos de Estados pós-guerra.

Diante disso, Cabo Verde não ficou indiferente às dinâmicas de cooperação, na qual, desde a conquista da independência em 05 de julho de 1975 deu início à procura de parceiros que possam contribuir na superação das suas objeções e constrangimentos, já que depois da independência política e jurídica precisava-se de apoio/ajuda externa para garantir a estabilidade social, econômica e política enquanto Estado recém independente. Desta forma, a cooperação surgiu como mecanismo de eficiência para alcançar o bem-estar social e integração no ambiente internacional. Na contemporaneidade os sucessivos governos têm investido firmemente nos arranjos de cooperação para alcançar o desenvolvimento sustentável e crescimento econômico.

No que tange à cooperação entre Cabo Verde e a União Europeia - UE, teve início desde 1978 com a instalação de uma delegação em Cabo Verde, que se transformou em um dos principais parceiros estratégicos dos governos cabo-verdianos na busca pelo desenvolvimento, estabilidade e inserção no Sistema Internacional. De acordo com Bruno Ayllón (2007), a Cooperação Internacional, pode ser compreendida como

conjunto de ações implementadas pelos governos ou chefes de Estados e organizações da sociedade civil de um determinado país ou grupo de países, que visa melhorar as condições de vida e promover processos de desenvolvimento nos países em vulnerabilidade social, econômica ou política e também não têm capacidade suficiente para melhorar sua situação por si mesmos (AYLLON, 2007, p. 29).

Nesta perspectiva, acredita-se que a cooperação ou relação diplomática entre Cabo Verde e a União Europeia é justamente neste bojo, dado que enquanto território insular enfrenta algumas limitações no que tange ao desenvolvimento econômico e social frente a um universo cada vez mais interdependente guiada pelo sistema capitalista.

Ou seja, cooperar para desenvolver é, concomitantemente, uma necessidade histórica do capitalismo, um aspecto fundamental do pensamento liberal na

política internacional e um elemento-chave de processos de modernização nos diferentes continentes colonizados pelas potências europeias desde o início da Idade Moderna ou sob a influência a partir do século XIX (MILANI, 2018, p. 34).

Entretanto, sob a influência do pensamento liberal várias metrópoles decidiram apoiar suas antigas colônias por meio de ajudas humanitárias, ajuda oficial para desenvolvimento, apoios “técnicos” entre outras formas de cooperações que permitam a ascensão desses Estados independentes para acompanhar o processo da modernidade. Em forma de síntese nos estudos das relações internacionais várias teorias debatem sobre as problemáticas da cooperação tanto na concepção multilateral como bilateral. Nesta perspectiva para a nossa análise desdobraremos sobre o que as teorias *mainstreams* abordam sobre a cooperação internacional.

2.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: POR QUE OS ESTADOS SE COOPERAM

Nos últimos anos tem-se verificado o aumento da cooperação entre os países, como também entre Estados e organizações multilaterais, com assinatura de tratados, acordos, criação de blocos econômicos, áreas de livre comércio, entre outros. Neste universo, é importante recorrermos às noções de cooperação internacional, e analisar quem são os agentes e/ou atores na atual conjuntura internacional marcados pela globalização de vários setores no âmbito global. Nestas circunstâncias Cintra (2005, p.1) salienta que:

Epistemologicamente, o desafio que a ótica do Estado como ator unitário e racional passa a enfrentar nas últimas décadas (globalização, aumento da interdependência econômica, novos temas na agenda internacional) assenta-se na percepção de que sociedades são unidades políticas e sociais integradas, cabendo aos governos implementarem tal união quando ela não existir. Desta forma, o Estado apresenta-se como o intermediário entre a dinâmica doméstica e o sistema internacional.

Enquanto consequência da globalização a cooperação está estritamente ligada à nova cultura de conexão em que as informações e as demandas do universo se circulam de forma mais eficiente permitindo o rompimento das fronteiras informacionais, tornando o Estado um ator não unitário na política internacional. Também a nova dinâmica internacional deixa aberto as possibilidades de cooperação e interdependência dos Estados, o que valoriza a cooperação interestatal. De acordo com Sato (2010, p.46),

cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional.

Diante disso, os Estados e Organismos Internacionais precisam de ajudas de outras nações ou instituições para que possam garantir a estabilidade no cenário global, proporcionando o benefício mútuo.

Para tanto, em toda relação que envolve os seres humanos, é necessário criar o mínimo de regras e leis para que possibilitem um maior diálogo entre eles e abrir caminho para as negociações que podem originar em cooperação ou até discórdia. Quando se fala em cooperação entre Estados, Organizações Internacionais –OIs, compreende-se que ela é um meio pelo qual os Estados se organizam de forma coletiva para obter resultados comuns e defender interesses de todos os parceiros.

Para os Estados menos aquinhoados, cooperar significa mobilizar forças e recursos que lhes permitem transformar suas dificuldades em oportunidades, aumentar o poder de barganha, fortalecimento do capital social e da governança. Além disso, eles se cooperam para solucionar problemas que de forma uniforme não conseguiriam resolver, e também para impor seus interesses em ação.

Na política externa a cooperação tem sido utilizada pelos governantes no desenvolvimento das suas atividades e estratégias para atingir um determinado fim, em especial a superação das dificuldades e dos problemas (resolução de problemas sociais) que afetam o SI. Com o surgimento da globalização as relações internacionais têm-se ganhado novas dinâmicas, uma vez que os problemas sociais deixam de ser casos isolados, e sim problema coletivo dentro dessa nova ordem mundial influenciada pelo fenômeno da globalização. Segundo Machado & Santos (2009, p. 168), a globalização facilitou a conscientização dos seres humanos sobre alguns atos realizados por eles que podem afetar não somente a si, mas também a todas as entidades presente neste meio, por vezes, de formas caótica e incontrolável

Com a globalização, diferentes fenômenos têm sofrido transformações, nomeadamente nas dimensões política, econômica, ambiental, entre outros. Essas transformações têm conduzido a sociedade para um novo rumo, principalmente com o surgimento de novas tecnologias que tornam o mundo cada vez mais integralizado, e os problemas sociais, político e econômicos de um determinado país deixaram de ser casos isolados. Neste contexto, Sato (2010) salienta que

no atual estágio da política internacional, todas as nações precisam construir uma política de cooperação internacional. O fenômeno genericamente denominado “globalização” significa em sua essência que a ordem política, econômica e social dos países se tornou profundamente integrada com a realidade internacional. Assim, estabilidade das instituições e políticas nacionais voltadas para o crescimento econômico e para a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações dependem cada vez mais de uma boa articulação com o meio internacional (SATO, 2010, p.48).

Um ator que teve que se adaptar a esses novos desafios foi o Estado que deixou de ser ator unitário nas relações internacionais, para distribuir suas responsabilidades com outros atores como: a sociedade civil, as organizações internacionais, entre outras instituições multinacionais e supranacionais. Atualmente a cooperação tem-se transformado em um instrumento de grande relevância nas políticas externas dos Estados. Graças à cooperação o mundo se tornou mais globalizado, integrado e de compartilhamento de conhecimentos.

2.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E TEORIAS CLÁSSICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REALISMO E LIBERALISMO

As Relações Internacionais enquanto campo de estudos são muito recentes. Então, imaginemos que a cooperação é ainda mais recente do que as RI. Com o passar do tempo muitas correntes teóricas das RI têm debatido e colocado as cooperações dentro das áreas de estudo das relações internacionais, porém foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que as formas de cooperações se têm diversificado.

A priori era visto apenas como uma ajuda internacional projetada pelos EUA para reformulação e reestruturação da Europa. Desde então, o que parecia impossível deu luz verde, pois com o surgimento das ideias de cooperação os problemas na arena internacional deixaram de ser isolados para se tornarem interdependentes, principalmente no que tange ao desenvolvimento coletivo.

Um exemplo dessa relevância, que ocorreu a partir da criação da ONU e as suas diversas agências especializadas em fomentar a cooperação multilateral, foi a disseminação dos regimes internacionais. Se por um lado não houve a criação de um governo centralizado que regule os Estados, por outro surgiu um conjunto de regimes internacionais que auxiliam na almejada manutenção da ordem, por meio de uma série de fatores que criam diversas normas e regras que direcionam as ações dos Estados, possibilitando expectativas de uma convivência cooperativa (MACIEL, 2009, p. 223).

Então, para que a cooperação prevaleça, a existência de regimes

internacionais é crucial para as partes na criação de uma política mais coletiva e inclusiva. Entretanto, desde o fim da Primeira Guerra Mundial diversas teorias têm surgido com intuito de dar explicações aos fenômenos da guerra e outros eventos internacionais. Mas com o passar do tempo essas teorias têm mudado seu foco e deixar de se preocupar apenas com a questão de segurança, para se tornarem mecanismos de interpretação de “tudo” que ocorre no cenário internacional. Para melhor entender a cooperação, nomeadamente a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde, vamos debruçar acerca do que as teorias clássicas: realismo e liberalismo abordam sobre a temática da cooperação.

A escolha das teorias *mainstreams* justifica-se porque além de serem as primeiras teorias das Relações Internacionais, possuem mesmo princípios metodológicos e defendem a anarquia do Sistema Internacional – SI, isto é, o Estado está no centro das suas análises. A ausência de um órgão superior que regula e dita as regras no SI torna os Estados responsáveis pelas suas decisões.

O liberalismo defende que as relações entre os Estados são guiadas pela paz. Porém, são entidades racionais que se relacionam por meio de interesses, logo não há coerência para guerra, já que a paz é vantajosa para ambos. Ainda salientam que os Estados não são os únicos atores no SI, pois, outros agentes como os indivíduos, as organizações internacionais não governamentais, as sociedades civis, entre outros atores emergentes, estão conquistando espaços no SI.

Após a Segunda Guerra Mundial surgiu a teoria realista cujo foco era impugnar as ideologias liberalista/idealista, em busca das respostas sobre os fenômenos que vinham acontecendo no cenário mundial. Segundo Rinaldi (2015, p.20), “o realismo se propunha a superar a visão utópica de que seria possível alcançar o estado de paz perpétua entre os Estados por meio de instituições e regras que controlassem o comportamento interestatal”. Em contrapartida surgiu a interdependência complexa, que defendem a maior possibilidade de cooperação, pois no SI há alguns atores com maior poder de influência que permite a criação de regimes internacionais.

Ainda Rinaldi (2015, p.22) fomenta que a teoria liberal é das mais antigas que vem discutindo sobre o papel dos indivíduos na sociedade, na economia e seu papel enquanto ator das relações internacionais. Diante das discussões sobre os desafios que colocam os Estados no Sistema Internacional – SI a cooperação surge como possível mecanismo facilitador da inserção dos Estados no SI. Não obstante, Cintra

(2004, p.3), afirma que os realistas acreditam que

o sistema internacional é anárquico e que sempre terá esta característica, não implica dizer que não existem formas de buscar arranjos internacionais que diminuam a insegurança estatal. Significa apenas que o fato de não haver um poder central capaz de determinar e fazer cumprir as regras que garantam a cooperação entre os membros (de forma orgânica ou mecânica, para recuperar uma perspectiva durkheimiana), faz com que os Estados não confiem plenamente em seus parceiros, porém isso não significa que a desordem passará a conformar todos os comportamentos e que a cooperação estará constantemente limitada. Some-se a isto, a existência de um governo supranacional não serviria apenas para a implementação destas regras, também seria destinada a evitar o uso da violência entre os membros.

Para os realistas Estados cooperam para defender seus interesses nacionais e devem ser a curto prazo, tendo em vista que há falta de uma liderança mundial que orienta os Estados, não há garantia que os acordos serão cumpridos. Portanto, os realistas acreditam que a cooperação só é possível quando o Estado quer impor suas ações em prática para o próprio benefício e sobrevivência. Nogueira & Messari (2005, p.27) fomentam que *“essa sobrevivência é o interesse nacional supremo e fundamental que deve levar à mobilização de todas as capacidades nacionais e a qual se submetem aos demais interesses”*. Por isso, a ambição maior do Estado é o poder. Além disso, o realismo está mais preocupado com a segurança do Estado, que são suas premissas fundamentais.

Essas premissas são a centralidade do *Estado*, que tem por objetivo central sua *sobrevivência*, a função do *poder* para garantir essa sobrevivência seja de maneira independente — no que seria caracterizada a *autoajuda*—, seja por meio de alianças, e a resultante *anarquia* internacional (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 22).

Cabe salientar que, para os realistas os assuntos domésticos não têm relevância no cenário internacional desde que não são problemas determinantes dos pilares estatais. Neste contexto conjectura-se que a cooperação entre Cabo Verde e a UE é sustentado pelos princípios e premissas realistas, na medida em que o Estado cabo-verdiano tenta garantir a sua sobrevivência independentemente das consequências futuras, visto que o empirismo ilustra que depois da independência o país enfrentava sérios riscos de vulnerabilidade e precariedade devido à falta de recursos. Nestas circunstâncias, entende-se a cooperação internacional como *“conjunto de atuações públicas e privadas que visam o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento”* (RAPHAEL, 2015, p. 23). Do ponto de vista da UE a

cooperação pode ser considerada como forma de impor seus interesses e manter as relações com suas ex-colônias e expansão das áreas de influências. Numa perspectiva realista pressupõe-se que a atuação da UE em Cabo Verde pode ser entendida como mecanismos de expansão geopolítica perante a continuidade da balança do poder no SI. Efetivamente, nota-se que tanto por parte de Cabo Verde como da UE há interesses próprios que os incentivam a cooperar. Diante disso,

a cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens geoestratégicas e intensificação do comércio, para garantirem investimentos ou, também, como forma de oferecerem subornos para as elites dos países em desenvolvimento em troca de apoios, por exemplo, em organismos internacionais (MACIEL, 2009 p. 226:227).

Dessa forma, percebe-se que a política de cooperação está vinculada às relações do poder, aonde não há espaço para a moralidade, mas sim a permanência do jogo de soma zero em que para um ganhar o outro precisa perder. Por outro lado, os teóricos liberais e neoliberais entendem a cooperação como possibilidade de progressos, e consideram que o sistema internacional é uma anarquia, por isso incentivam os Estados a cooperar, uma vez que cooperando todos os parceiros poderão adquirir ganhos. Assim sendo, cremos que para o Estado cabo-verdiano esses arranjos de cooperação são vistos mais na perspectiva liberal, cujo foco central é a estabilidade regional e promoção de uma cultura da paz em Cabo Verde assim como nos países parceiros e na região.

A corrente liberal fomenta que o regime democrático enquanto sistema favorece e promove as ideologias de cooperação, e que se fundamenta em três fatores, a saber: interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam “espirais de cooperação”. Foi justamente com base nessas concepções (democracia) que em 2007 a UE propôs a Cabo Verde uma nova parceria baseada em alguns princípios que ambos defendem, como a exemplo da criação de uma cultura da paz, garantia de direitos humanos, e por Cabo Verde gozar de uma democracia estável desde a década de 1990.

Os neorealistas têm uma visão contrária do que os realistas clássicos defendem sobre a problemática de cooperação. Enquanto os realistas consideram que os Estados agem no SI somente para maximizar poder em nome do “interesse nacional definido em termos de poder”, *os neorealistas dizem que a atuação dos*

Estados é para assegurar a sua posição e capacidades dentro do sistema em relação aos demais Estados” (PECEQUILO, 2017, p. 29). Mas o próprio neorrealista Kenneth Waltz não garante que a cooperação pode existir em todas as áreas, mas sim abre possibilidades de cooperação principalmente na área de segurança. Já no âmbito econômico há resistência por parte do autor, porque ele considera que a política internacional é destinada aos agentes públicos. A exemplo disso, ele mostra que se uma empresa X está localizada no Estado B, coopera com a empresa Y situada no Estado A, isso não significa que os Estados A e B vão se cooperar. Ou seja, para eles as questões econômicas correspondem às instituições privadas, portanto, devem se distanciar das responsabilidades do Estado. Entretanto, entende-se que os neorrealistas não fecham totalmente as possibilidades de cooperação, principalmente na área militar apresentam uma proposta mais otimista de cooperação interestatal.

Por outro lado, os liberais defendem a cooperação econômica como instrumento que possibilita a geração de “benefícios mútuos”. Por isso, os Estados estariam a cooperar uma vez que se tornam interdependentes, mesmo num sistema anárquico. Apesar dos Estados serem egoístas, também são racionais. Ademais, os interesses compartilhados fariam da cooperação um elemento presente dentro do sistema internacional. A grosso modo, o que distancia as duas teorias uma das outras são as possibilidades e a tendência de mudar a capacidade cooperativa em cooperação internacional.

3 POLÍTICA EXTERNA DE CABO-VERDE: BREVE REFLEXÃO

Cabo Verde desde a década de 1970 começou a ver a política externa como principal meio para alcançar o desenvolvimento e garantir a sua sobrevivência, já que não podia contar com as estruturas políticas, económicas e sociais da antiga metrópole. Diante disso, Gonçalves (2010) defende que

os governantes estavam conscientes de que se a diplomacia falhasse poria em causa não só a subsistência dos cabo-verdianos, mas também a própria independência política do país. Por isso, desde os primeiros momentos, a tarefa principal dos dirigentes de Cabo Verde consistia em estabelecer relações de amizade com o maior número possível de países a fim de angariar apoios vários sobretudo económico (GONÇALVES, 2010, p. 24).

Desde então, Cabo Verde adotou um modelo de diplomacia pragmática com foco nos interesses nacionais de viéses económicos e políticos. Em forma de síntese, o Estado de Cabo Verde, enquanto pequeno Estado insular e de alto risco de vulnerabilidades, têm-se, configurado numa política externa consistente transformando suas adversidades em oportunidades ou então conseguiu aproveitar as fissuras do ambiente internacional para impor seus interesses em ação.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA – PE DE CABO VERDE NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Durante o período da Guerra Fria muitos países africanos optaram-se pela política de “não alinhamento” com os dois blocos (EUA e URSS) que disputavam de forma estratégica e de conflitos sinuosos, por um espaço dentro do Sistema Internacional – SI. Os governantes cabo-verdianos cientes dos seus constrangimentos domésticos optaram por uma diplomacia mais pragmática fazendo acordos com os dois blocos em prol dos interesses nacionais. Neste contexto, Madeira (2019) fomenta que

Cabo Verde ao optar por uma política de não-alinhamento, procurou estabelecer e cultivar relações de cooperação com países como Angola, Alemanha, Brasil, Coreia do Sul, Cuba, EUA, França, Portugal, Senegal, República Popular da China e Rússia na base da confiança, proximidade e respeito pelas diferenças em torno dos regimes políticos e económicos, tradições culturais e sistemas religiosos (MADEIRA, 2019, p. 92).

Os fundamentos dessas parcerias eram regidos pela própria carta da ONU que fomentava a importância da diplomacia para a construção da paz mundial. Tal cooperação devia ser com bases nesses princípios defendidos por Cabo Verde ao se aproximar dos países não-alinhados. Além dos dois blocos e dos parceiros supracitados, na época o país beneficiava de cooperação e ajuda de outros países e organizações internacionais. Segundo Furtado (2017),

esse pragmatismo corporificado na política do não alinhamento levou a que Cabo Verde se relacionasse com todo o mundo, procurando assim múltiplos espaços de ancoragens no plano internacional com vista a se beneficiar das vantagens e, assim, perseguir o desenvolvimento (FURTADO, 2017, p. 169).

Percebe-se que a PE desse país do Sul Global, era ancorada pela luta de sobrevivências socioeconômicas e perseguição do desenvolvimento. Em função disso o multilateralismo emerge como estratégia para o progresso da nação no SI. Consequentemente, Madeira (2015) fomenta que

a aposta numa diplomacia forte, vinculada à exposição de uma imagem política robusta no contexto da política externa, possibilitou que Cabo Verde, de certa forma, delineasse as suas relações também com a União Europeia (EU) a nível multilateral, por intermédio de outras organizações como a CEDEAO (MADEIRA, 2015, p.3).

A afirmação da política externa de Cabo Verde se deu durante o período bipolar, já que no âmbito internacional as relações interestatais só serão designadas de políticas externas quando o Estado é soberano, ou seja, goza de soberania jurídica, política e econômica. Então, após a independência, devido às condições sociais (fome, pobreza, secas prolongadas etc....) a missão da política externa do país consistia na reestruturação das bases políticas econômicas, sociais e culturais daquele arquipélago recém independente. Segundo Barros (2011),

para tal, as elites políticas da época optaram pela “astúcia” do não-alinhamento, baseado na reflexão pragmática de Amílcar Cabral, onde o desígnio principal consistia na maximização das ajudas externas tendo em consideração que um país de poucos recursos, na fase crucial da sua formação como Estado-Nação, teria necessariamente que adoptar esta estratégia para a sua sobrevivência (BARROS, 2011, p. 6).

Percebe-se que o pragmatismo diplomático cabralista até então tem orientado a política externa deste país do Sul Global, visto que ainda a PE de Cabo Verde é

norteada pelo pragmatismo e oportunismo.

Quanto à estrutura administrativa e política vale salientar que o país durante os cinco primeiros anos da independência não dispunha de uma Constituição da República. Neste prisma, Gomes (2016) salienta que

com a proclamação da independência de Cabo Verde, foi criada a Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde – LOPE em julho de 1975, com essa lei pretendia-se criar a primeira base legal do país, a lei preparatória para a criação da Constituição da República de Cabo Verde (GOMES, 2016, p. 43).

A LOPE de certa forma ditava que as problemáticas da liderança do país eram restritas aos interesses políticos do PAIGC. Em outras palavras, alguns artigos da LOPE imponham que o PAIGC era único representante legal da sociedade civil como do Estado. Ou seja, na altura o partido desempenhava o papel de Partido-Estado. Em contrapartida assurgiu a Constituição de 1980 que privilegiou as organizações da sociedade civil, garantindo as liberdades dessas instituições, dando espaço para as possibilidades de democratização da sociedade.

Olhando para a conjuntura socioeconômica e geopolítica da década de 1970 e 80 do século XX, foi um período que houve o aumento da emigração cabo-verdiana para os países europeus, o que tornou o fenômeno migratório como sinônimo de sobrevivência, face às grandes secas e fomes vivenciadas no arquipélago. Consciente dessas dinâmicas, a liderança entendia que a sociedade civil desempenhava um papel importante no que tange às lutas pelas sobrevivências do Estado que até pouco tempo era considerado inviável/falho. Assim sendo, conforme o plano do governo de 1981:1985,

o nosso Governo, ciente do papel que cabe aos nossos emigrantes na Reconstrução Nacional, criará as condições necessárias à atração das suas poupanças e sua consequente aplicação em sectores produtivos da vida nacional, através da livre iniciativa de cada um ou da participação em sociedades mistas (PNG-PAICV *apud* CARDOSO, 2008, p. 197).

Diante disso, o compartilhamento das responsabilidades (econômicas, sociais e políticas) com a sociedade civil seria importante para a projeção no cenário internacional, sendo que os emigrantes desempenhavam um papel significativo no combate à instabilidade socioeconômica do país. Sendo assim, os fatores relatados responderiam o porquê da mudança de postura dos líderes cabo-verdianos na

elaboração da Constituição da República de 1980.

Nos primeiros anos após a ascensão ao poder dos líderes do PAIGC, a PE tinha como foco os países vizinhos do continente africano, principalmente na resolução dos conflitos da África Austral. Assim sendo, Cabo Verde aproveitou para celebrar a cooperação com os países da África Ocidental, até mesmo a inserção nas organizações regionais, nomeadamente a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO e a Organização da Unidade Africana – OUA. Além disso, havia uma relação mais consistente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP e outros países anglófonos e francófonos, frutos das relações desenvolvidas durante a época colonial.

A PE do arquipélago foi conquistando os espaços no ambiente internacional, mediante a sua capacidade de lidar com os conflitos no continente, participando nas missões de paz em alguns países da região. A respeito disso, Gonçalves (2010) fomenta que

com o envolvimento do país neste processo de procura de paz num conflito de extrema sensibilidade e complexidade, ficou demonstrado quão útil poderá ser o papel do arquipélago de Cabo Verde e os seus dirigentes na mediação dos eventuais problemas que possam surgir na região africana (GONÇALVES, 2010, p. 37).

A forma como o Estado projetou as suas Políticas Externas no continente não se pode ser resumida apenas como um ato de solidariedade e de preocupação com a resolução dos conflitos ou segurança na região, mas sim uma atuação estratégica em prol dos interesses nacionais (geopolíticos e geoeconómicos) que lhe permitiu ganhar um destaque dentro do continente,

passando, na maioria das vezes, a desempenhar o papel de mediador de conflitos a nível regional, sobretudo na África Austral, disponibilizando o seu território para encontros secretos para promover a paz entre Angola e a África do Sul, por exemplo, por parte do movimento da *SouthWestAfricaPeople's Organization*, que conseguiria a independência da Namíbia (MADEIRA, 2015, p. 3).

Desta feita, percebe-se que Cabo Verde apresenta como um Estado pequeno que mostrou aberto às demandas internacionais e sempre manteve presente nas agendas internacionais justamente devido à necessidade de se impor como ator importante na defesa da cultura da paz, mesmo com a fraca capacidade de barganha ou *soft power*. Também de acordo com Gonçalves (2010),

estas intervenções de Cabo Verde a nível da região africana foram mais um teste da diplomacia cabo-verdiana que culminou com o reconhecimento internacional da importância do arquipélago e da capacidade dos seus dirigentes em contribuir para a resolução por via pacífica dos eventuais desentendimentos que possam ocorrer a nível da região (GONÇALVES, 2010, p. 37).

Posto isso, conclui-se que paulatinamente os dirigentes cabo-verdianos e sua diplomacia se progrediram no cenário internacional, ganhando credibilidades de seus colaboradores e futuros parceiros. Entretanto, na altura os governantes cabo-verdianos procuravam tirar benefícios de qualquer situação que parecia favorável para a economia nacional, como para a consolidação enquanto Estado independente.

As relações com os países e organizações extracontinentais e sub-regionais acontecia desde lutas anticoloniais com destaque após independência, para a cooperação entre a União Europeia e os Países da África, Caribe e Pacífico – ACP. Em 1975 o Tratado de Roma defendeu a necessidade de criação de arranjos de cooperação que permitem a colaboração dos Estados do Norte (países da UE) no desenvolvimento social dos países do Sul, mais concretamente as ex-colônias ou territórios ultramarinos. O tratado que cria a Comunidade Económica da Europa – CEE, incentiva os países europeus a criarem novos mecanismos de se relacionar com as antigas colônias, principalmente por meio das trocas comerciais. *“Com efeito, os países da ACP podem exportar seus produtos para a UE sob tarifas protetoras inferiores às pagas pelos países não membros da ACP, sem que sejam obrigados a abrir suas fronteiras às importações da Europa* (MERRIEN, 2009, p.20).

Desta feita, vários países asiáticos, africanos e do pacífico não dissiparam a oportunidade de uma possível abertura que iam impactar no cenário doméstico. Diante disso, as antigas metrópoles a exemplo de França e Grã-Bretanha, frente à negociação para criação do Mercado Comum da Europa, sugeriram que as antigas colônias deviam beneficiar desses acordos, o que mais tarde se configurou em Convenções de Yaoundé (1963) e de Lomé (1975).

Os novos Estados africanos independentes nas últimas três décadas (1950, 60 e 70) organizaram as suas PE, com intuito de preservar as relações estabelecidas com a Europa, convertendo-as em arranjos de cooperações, *“tais como ajuda financeira, acesso preferencial ao mercado europeu e ajuda técnica dando, assim, origem à política de cooperação para o desenvolvimento por parte da Comunidade Europeia com os novos Estados”* (MONTEIRO, 2009, p. 16).

Por conseguinte, o arquipélago em análise cuja balança comercial é deficitária devido à alta capacidade de importação em detrimento da exportação, optou pela diversificação dos parceiros econômicos. Neste sentido, a diplomacia cabo-verdiana sempre foi movida pelos interesses do país para garantir a estabilidade das ilhas driblando as suas limitações impostas pelos fenômenos já citados, respeitando as diferenças e diversidades culturais. Ademais, segundo Madeira (2016),

as preocupações sobre a viabilidade da economia nacional, a carência a nível de infraestruturas e de capital humano, levaram os dirigentes políticos a traçarem, como objetivos centrais de Cabo Verde, o desenvolvimento e a consolidação da política externa, através da maximização das ajudas externas com a preservação de boas relações com países doadores como era o caso da Holanda, Portugal, França, Espanha, Estados Unidos da América, Cuba, África do Sul, URSS, Reino Unido, Bélgica, Áustria, Itália, Suécia, e República Federal Alemã (MADEIRA, 2016, p. 92).

Ora, além das relações multilaterais com os blocos econômicos da década de 1980 a 1990, os dirigentes cabo-verdianos ampliaram sua diplomacia no âmbito bilateral com intuito de conseguir o máximo de ajuda e parceiros possíveis. “As políticas de desenvolvimento adotadas procuraram reforçar os laços com parceiros regionais, sem deixar de, em simultâneo, consolidar e estreitar o relacionamento económico e político com outros parceiros de outros horizontes” (SEMEDO, 2015, p.2).

Apesar da política de não alinhamento, adotada pela diplomacia cabo-verdiana, após a independência o país estabeleceu relações diplomáticas com os EUA. Em 1978 foi instalada a primeira embaixada estadunidense na cidade da Praia. A intenção de manter uma embaixada nessa república se dá no intuito de garantir os interesses norte-americanos e apoiar a democracia nas ilhas. O estreitamento dessas relações foi influenciado pelo grande contingente de emigrantes cabo-verdianos nos EUA, como também os interesses estadunidenses na região geoestratégica de Cabo Verde, principalmente para a área de segurança e Defesa. Segundo Vieira (2012),

para além dos benefícios que Cabo Verde teve das relações bilaterais com EUA, também beneficiou a nível multilateral, através de uma estratégia de cooperação dos EUA para os países em vias de desenvolvimento, “através de um compacto global de desenvolvimento” que assenta na boa governação e liberalização económica. Com este objetivo foi lançado o programa Millennium Challenge Account (MCA), gerido pela agência Millennium Challenge Corporation – MCC (VIEIRA, 2012, p. 48).

Atualmente as ilhas ocupam 202º ranking do maior mercado de exportação de bens estadunidenses e 194º maior fornecedor de bens de importações norte-americanos. Assim sendo, em 2018 Cabo Verde foi o 209º parceiro comercial de bens dos EUA, com um quantitativo de US\$12 milhões em comércio de bens, sendo US\$ 9 milhões de exportações e US\$4 milhões de importações. Por outro lado, vale salientar que as relações ou contato entre os dois atores se dão de antes da emancipação política cabo-verdiana. Um contacto marcada pela chegada dos baleeiros norte-americanos nas ilhas e o recrutamento de tripulações durante o século XVIII.

No que se refere à cooperação entre Cabo Verde e a UE, veio a se institucionalizar através das Convenções de Yaoundé e Lomé e mais tarde com o Acordo de Cotonou (2000). Esse acordo teve várias convenções assinadas em épocas diferentes, até que no final do século XX houve novas exigências nas relações de cooperação com os países ACP em prol da reavaliação das necessidades políticas e económicas da UE num novo panorama internacional. No entanto, o modelo protetor de Lomé terminou cedendo espaço para uma nova estratégia de cooperação guiada pela UE. De acordo com Merrien (2009),

os anos 1990 marcaram uma mudança profunda de paradigma no seio da CE no que diz respeito ao entendimento das relações Norte – Sul. Acreditou-se que, em vez da necessidade de oferecer aos países uma proteção contra os efeitos desestabilizadores dos mercados, era necessária uma liberalização dos intercâmbios. Assim, os direitos humanos e a boa governança, bem como os questionamentos sobre a eficácia da ajuda, ocuparam um novo espaço nas discussões (MERRIEN, 2009, p. 34).

Sendo assim, Cabo Verde como país membro integrante do ACP beneficiou desses acordos e cumpriu com rigorosidade os princípios que norteavam a Lomé. Consequentemente, tanto seus parceiros como outras Organizações Internacionais – OI acompanhavam de perto a eficácia da diplomacia do arquipélago insular, que de forma ousada superou suas limitações e vicissitudes, deixando de ser um país inviável para um Estado em ascensão comprometido com as dinâmicas da cooperação e do Direito Internacional Público. Como afirma Madeira (2016),

desde a independência, alguns elementos da política externa têm acompanhado os sucessivos governos, a saber: (1) A posição geoestratégica privilegiada no Atlântico Médio; (2) A estabilidade política e a boa governação; (3) A perspectiva de segurança territorial e o não alinhamento em blocos ideológicos; (4) a cultura da paz social com reflexo na política interna e externa; (5) A aposta numa diplomacia de modéstia e proximidade que se alicerça nos princípios da paz com o objetivo de resolver ou contornar os

constrangimentos socioeconómicos (MADEIRA, 2016, p. 87-88).

Nota-se que as formas como os chefes da diplomacia cabo-verdiana planejam e executam sua PE despertou ainda mais atenção dos países membros da UE, de onde incentivou a criação de uma parceria especial com o arquipélago no ano de 2007. Além do multilateralismo com a Europa o país possui relações bilaterais com parcelas desses Estados membros da UE. Isso é uma das consequências da diplomacia nacional baseada em realismo, para conquistar a credibilidade internacional e tornar-se mais atraente diante dos seus colaboradores e parceiros. Neste cenário *“Cabo Verde passou de um Estado considerado por diversas organizações internacionais como “inviável” para um Estado viável, credível e reconhecido internacionalmente”* (MADEIRA, 2019, p. 97).

Com o surgimento das potências emergentes, os chefes da diplomacia cabo-verdiana têm ampliado a suas PE para estes países. Porém, não é o afastamento dos parceiros tradicionais, mas sim uma ampliação da sua rede de países parceiros. Assim sendo, a aproximação do arquipélago com os países do cone sul não significa o afastamento dos países do norte. Isto é, deve ser reconhecida como estratégia de modernização da diplomacia cabo verdiana, tendo em vista que a sua preocupação em estreitar relações com os países atrativos que impactam na economia global (MADEIRA, 2019, p.101).

A China tem destacado como grande parceiro econômico que tem investido de forma drástica neste país do Sul Global. Também os governos cabo-verdianos têm mobilizados e incentivando a atuação política chinesa, principalmente nas áreas comerciais, infraestruturas e ajudas financeiras. Apesar dessa parceria ter como marcos o fim do período colonial, foi apenas em 1995 que deu início da diplomacia econômica entre os dois Estados, com os investimentos dos empresários chineses em Cabo Verde.

3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL – IR: INSERÇÃO DE CABO VERDE NAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

A integração regional é um processo político que desencadeou-se depois da Segunda Guerra Mundial, na qual alguns teóricos defendem que os Estados devem abrir mão da parte da sua soberania de forma voluntária em torno da criação de uma

organização de caráter supranacional que defenderia seus interesses de forma coletiva, proporcionando ganhos coletivos.

Nessa visão, não seria formado um grande novo Estado; ao contrário, as distintas funções estatais seriam governadas por instituições anômalas tentando operar em um mundo no qual a maior parte dos poderes é conduzida por organismos internacionais com funções específicas (SARFATI, 2005, p. 184).

Essa teoria foi conduzida pelos funcionalistas que é a teoria que estuda a cooperação internacional com funções específicas, desenvolvida pelas Organizações Internacionais – OI. Furtado (2017) salienta que

essa saga pela busca de múltiplas ancoragens não se limitou apenas ao estabelecimento de boas relações bilaterais ao nível das entidades estatais, mas com a emergência da Nova Ordem Econômica Internacional nos pós II Guerra Mundial logo se estendeu a entidades multilaterais compostas por Estados que livremente decidiram transferir parte de suas competências para atores atuando a vários níveis (FURTADO, 2017, p.169).

Ciente disso, na década de 1960 muitos países africanos ascenderam à independência e entenderam que essas novas nações precisavam se integrar e inserir no cenário internacional. Neste contexto, o marco teórico do regionalismo surgiu com o pensador ganês Kwame Nkrumah, apoiado pelo Ahmed Sékou Touré, que apresentaram uma proposta ambiciosa em 1963 em Addis Abeba, que consistia na criação de uma organização internacional, que permitisse a integração dos estados africanos, denominado Organização da Unidade Africana – OUA. Santos (2014) afirma que

a carta constitutiva da organização, resultou da afirmação do projeto de Kwame Nkrumah, e incorporava o espírito de uma África em busca do renascimento e afirmação da soberania e independência política dos estados africanos, além do protagonismo da cooperação política e econômica para desenvolvimento. Na vertente política, os objetivos eram reforçar a solidariedade entre os Estados e povos africanos, defender as soberanas, a integridade das nações e a independência dos territórios (SANTOS, 2014, p. 13).

Não obstante, o Léopold Sedar Senghor sugeriu uma proposta estratégica e progressista, pois ele acreditava que a partir da criação de um bloco de integração sub-regional que futuramente ia se consolidar com a união dos países da África. Esta ideia foi amadurecendo, surgindo várias organizações sub-regionais de integração

econômica dentro do continente, a saber: 1959 - União Aduaneira de Oeste – UDAO (sigla em inglês), União Monetária Oeste Africana – UMOA (1962), Comunidade Econômica da África do Oeste – CEAO (1973), União do Rio Mano – MRU (1973) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO (1975).

Este último foi institucionalizado pelo Tratado de Lagos, cujo objetivo é promover a cooperação econômica e política entre Estados membros. Entre os membros destaca-se: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Guiné, Gana, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. Fomenta-se que Cabo Verde só se aderiu ao bloco em 1977, dois anos após a criação da Comunidade, e quatro anos depois o Parlamento ratificou o documento, criando todas as condições para a plena adesão à organização. Desde então, o país tem tido uma participação ativa na comunidade, *“regista-se apenas no Parlamento da CEDEAO, representado por cinco Deputados indigitados pela Assembleia Nacional”* (GOMES, 2009, p.93). Também o país tem sido palco de muitos eventos internacionais em prol da CEDEAO e aderindo a vários acordos e protocolos que regem a vida da organização.

Devido as suas peculiaridades tornam evidentes as motivações que levaram o país a inserir-se no bloco, pois os objetivos da criação da CEDEAO já nos encaminham para uma possível resposta da sua inserção. Como foi citado no ponto anterior, todas as movimentações e mobilizações estratégicas de PE do país estão voltadas pelos interesses nacionais e perseguição do desenvolvimento sustentável. O pragmatismo diplomático tem sido importante para o seu desenvolvimento, por isso a integração regional, a Unidade Africana e a parceria com outros países eram importantes para ilustrar seus compromissos com as novas dinâmicas internacionais. Desta feita, Gomes (2009) fomenta que

a participação de Cabo Verde na CEDEAO constituiria motivo de orgulho nacional, se o país cumprisse com as suas obrigações, no entanto, um país que consegue índices de crescimento económico acima dos níveis africanos possui uma organização social, um nível de liberdade em todos os domínios elevados em relação a África e a sub-região em particular, não vem pagando as contribuições exigidas pela Comunidade (GOMES, 2009, p.93).

Apesar da consciência do Estado cabo-verdiano sobre a importância da comunidade para as suas demandas domésticas e externas, ainda falta cumprir com as suas obrigações como foi explícito na citação acima. Neste contexto, o livre

mercado do comércio e a livre circulação de pessoas eram os desafios da PE do país. Por isso, a própria constituição teve mudanças que possibilitam que o país participe e celebra quaisquer acordos e tratados considerados importantes para os interesses nacionais. Sendo assim, com intuito de internacionalizar a sua economia, os blocos sub-regionais aparecem como estratégia política de barganha para se projetar num ambiente mundial globalizado e desafiador. Pois,

Uma reorganização económica e social da sub-região traria enormes vantagens a Cabo Verde, se se tiver em conta o fraco mercado interno (470.000 habitantes³) e uma população oeste africana de 245.200 milhões⁴ em 2005, ou seja, 28% da população de África, para além, de muitos países do mundo desenvolvido, nomeadamente, os Estados Unidos a Europa e também a China considerarem estratégica a posição de Cabo Verde em relação à África (GOMES, 2009, p. 93).

Essas vantagens podem ser notadas por meio de vários investimentos que tem sido feitos em Cabo Verde pelas grandes potências internacionais, assim como as emergentes, que iam impactar na estabilidade socioeconómica da região e na internacionalização da economia local e regional. Neste cenário Madeira (2019) acrescenta que

Dada a importância dos países em desenvolvimento no que concerne à dinamização do comércio global, sugere-se que Cabo Verde intensifique as suas relações com os países da sua região, assim como dos países com os quais possui acordos especiais (MADEIRA, 2019, p.100).

Assim sendo, independente das intenções dos seus parceiros, é louvável uma maior aproximação, pois entende-se que a luta pela integração na economia global tem sido tarefa árdua dos dirigentes cabo-verdianos em todos os setores, o que faz da sua diplomacia pragmática e realista. Por isso,

o engajamento da diplomacia cabo-verdiana é fundamental, na medida em que permite facilitar a coordenação entre o arquipélago e os seus parceiros de modo a ampliar o comércio e os investimentos em sectores estratégicos que estão demarcados na agenda de transformação do país, em particular nas áreas da educação, saúde, infraestruturas, segurança e na assinatura de vários acordos de cooperação em diferentes domínios. (MADEIRA, 2019, p.101).

Diante disso, os interesses nacionais devem ser guia mais viável ou menos

³ Instituto Nacional de Estatísticas, (INE).

⁴ 5 Relatório do Desenvolvimento Humano 2005.

difícil para a política externa de Cabo Verde. Efetivamente, percebe-se que a retórica de solidariedade e os interesses nacionais e da comunidade são dois conceitos que movem a cooperação entre esses dois atores.

3.3 DIPLOMACIA ECONÔMICA: BREVE REFLEXÃO SOBRE CABO VERDE E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – OMC E BM

A diplomacia multilateral tem assumido um papel diferenciado nos pequenos Estados em desenvolvimento. Para um Estado insular, como Cabo Verde que apresenta constantes condicionalidades de desenvolvimento, a diplomacia multilateral assume um papel relevante no processo de internacionalização econômica. Segundo Gonçalves (2010), ciente da relevância desse instrumento no processo de desenvolvimento, Cabo Verde, passou a integrar no máximo número possível de Organizações Internacionais e estabelecer cooperações tanto no plano bilateral como multilateral com os diferentes instituições parceiros, sendo elas tradicionais ou emergentes (GONÇALVES, 2010, p.64).

Devido a sua pequenez e com uma economia aberta, a multiplicação de parceiros bilaterais e multilaterais, foi uma das estratégias para minimizar a dependência das ajudas externas. Pois, o modelo de desenvolvimento baseado em Ajuda Para Desenvolvimento – APD, remessas de emigrantes e Investimento Direto Estrangeiro – IDE, que vigorava desde a independência não dava respostas à nova conjuntura nacional. O modelo, não apresentava insumos que e possa contribuir no desenvolvimento econômico do país devido as reformas políticas e econômicas feitas no arquipélago que presava para a modernização econômica. Por conseguinte, tais reformas pretendia encaminhar o país num rumo de crescimento mais acelerado, associado às políticas de boa governação adotado pelos parceiros do Norte como mecanismo de combate à corrupção e outros atos sociopolíticos comprometedores do desenvolvimento que assolavam em parcela dos países não desenvolvidos.

A década de 1990 foi um período importante para a política externa de Cabo Verde, visto que foi este período da “inserção do país na economia mundial, o que facilitou as negociações com as instituições financeiras internacionais, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BM” (CRUZ, 2016, p.75). Cabo Verde desde a sua independência tem beneficiado de ajudas públicas internacionais disponibilizados pelas OI, porém foi no início dos anos

90 do século passado que teve maior aproximação dessas organizações multilaterais com o BM financiando vários projetos. O que torna o multilateralismo tem um instrumento importante na promoção e ascensão de Cabo Verde no Sistema Internacional.

A Ajuda Pública para Desenvolvimento – APD, encabeçada pelo BM, tem sido um parceiro importante no desenvolvimento de Cabo Verde. O comércio que marcou a década de 1990 e o início do regime multipolar permitiu a liberalização econômica dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – PEID. Para tanto, “o Estado cabo-verdiano, a partir da abertura política em 1990 abre espaço ao sector privado, passando este a assumir um papel de destaque no processo de crescimento económico e desenvolvimento do país” (MADEIRA (2019, p.97). Foi um período marcado pela liberalização comercial e modernização econômica, que visa a criação de um ambiente institucional e econômico favorável ao desenvolvimento das iniciativas privadas, na qual viria a se transformar no principal motor de desenvolvimento e ao Estado coube apenas o papel regulador e facilitador (FORTES, 2011, p.39).

Com isso, os governos da década de 1990 fizeram diversas reformas estruturais, inclusive nas legislações do países para que possibilite o acompanhamento do país na nova ordem internacional. Assim sendo, o Estado passou a ter menos controle do setor econômico, seguindo a lógica neoliberal que aconselhou –os a privatizar alguns dos ativos públicos (ENACOL, CV TELECOM e ELETRA) com intuito de diminuir os gastos públicos. Segundo Furtado (2017, p. 171), tais reduções tinham como intuito a eliminação de barreiras internas que dificultem a eficácia da ajuda, criando assim um ambiente político-institucional que por favorecesse a eficácia da ajuda no processo de desenvolvimento, e conseqüentemente facilitar o cumprimento dos critérios imposto pelas instituições cooperadores ou doadores.

Entretanto, para um país como Cabo Verde que tem uma economia débil refém dos fluxos externos a política liberal parece estratégica para sua sobrevivência dentro da nova conjuntura global, tendo em vista que, segundo Pires (2010, p.12), a globalização da economia mundial abriu novos horizontes para o país, e se forem bem aproveitadas possibilita o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, o autor defende que as intervenções em setores estratégicos, nomeadamente o comércio, prestações de serviços e turismo, impulsionaria o crescimento econômico do país já

que o bom funcionamento do mercado se destaca como um vetor para as relações entre os diferentes agentes econômicos. Em contrapartida, vale salientar que tanto as políticas de APD, incrementadas pelo FMI e BM, em respostas a liberalização econômica tem aumentado a dependência de Cabo Verde do exterior, uma vez que o país apresenta um saldo negativo das dívidas com seus parceiros.

Em 1999 o arquipélago se manifestou formalmente os interesses em fazer parte da Organização Mundial de Comércio e depois de 9 anos de análises foi aprovada a sua inserção. Para facilitar a sua adesão a esta organização, foram feitas as negociações com os países e organizações regionais que já eram membros Entre elas destaca-se: Brasil, Canadá, China, Estados Unidos da América e União Europeia. A inserção do país na OMC foi mais uma das ações frutíferas da sua diplomacia, tendo em vista que enquanto pequena economia, a inserção na OMC é vista como mecanismo relevante para a competição e internacionalização da sua economia. Ademais,

a adesão à OMC, para além de traduzir uma viragem na política económica e comercial é propiciadora da expansão do mercado e realização de negócios num ambiente mais seguro e estável e ainda traz a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços. A adesão concede maior confiança aos investidores (RIO +20, 2012, p.13).

A aderência nesta Organização é considerada um dos maiores acontecimentos a nível económico, pois enquanto Estado de muitas restrições e mercado limitado, isso torna-se vantajoso para as ambições nacionais a longo prazo, visto que a participação na OMC traz a credibilidade dos parceiros e a estabilidade de Cabo Verde, incentivar os parceiros a apostar nas relações com o país do Sul Global através de investimentos internacionais privados e públicos.

4 A COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE E ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA

Desde 1977 Cabo Verde deu os primeiros passos no relacionamento com a UE, com a sua aderência à Convenção de Lomé. Neste molde, suas relações têm se desenvolvido através “de ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, visa também garantir a estabilidade da Europa” (VIEIRA, 2012, p.61). A modalidade de cooperação desenvolvida pela UE com os países parceiros, cujo arquipélago se abrigou, é um modelo de cooperação vertical, entre os Países Desenvolvidos – PD e Países Em Desenvolvimento – PED, no qual o país doador define os objetivos e estratégias a serem cumpridas pelos estados receptores para o seu desenvolvimento (VIEIRA, 2012, p.61). Tal modelo de cooperação prevaleceu até o final da década de 1980, aproximadamente o fim do conflito bipolar entre URSS e EUA e a ascensão de novos atores internacionais.

No início da década de 1990, com o aparecimento de novos atores internacionais, se proporcionaram mudanças aos modelos cooperativos. Nesses novos modelos tanto o país doador como os países receptores contribuem nas tomadas de decisões e na execução do plano de ação, conseqüentemente esse novo modelo de cooperação é denominado, também, como cooperação horizontal – na qual o país cooperante aparece não apenas como um simples recipiendário, e sim, um ator ativo e participativo em “todos” os domínios. Diante disso, Monteiro (2011, p. 35) ressalta que apesar dos discursos políticos defendem que é um nova modalidade de cooperação entre África e Europa, defendendo a igualdade entre as partes e os países receptores terão maior participação na delimitação dos objetivos e estratégias conforme seu interesse, ainda é uma noção utópico visto que na prática é totalmente diferente.

Para tanto, Monteiro argumenta que os países africanos não conseguiram impor como parceiros igualitários. Isso pode ser notado nas condições impostas, nos eixos de cooperação para o continente. Para o autor, ainda há predominância do modelo relacional paternalista, salvo as áreas de segurança que iniciou-se um agenda conjunto (MONTEIRO, 2011, p. 35). Nestas perspectivas, diríamos que a nova forma de cooperar, mesmo movida pela retórica de política de igualdade entre os atores, na prática ainda mantém-se as dinâmicas tradicionais de cooperação. Portanto, isso não tira a sua relevância para a projeção e reconhecimento internacional de alguns

Estados, principalmente os menos aquinhoados na luta e manutenção da barganha internacional, como é o caso de Cabo Verde que a partir do pragmatismo da sua diplomacia que o arquipélago conseguiu se afirmar no universo de países com nível de desenvolvimento médio reconhecido em 2008 pela ONU.

O país é considerado um exemplo de democracia em África, pois é um dos, senão o único, países africanos que com poucos recursos conseguiu atingir em poucos anos respeitável nível de independência jurídica e dentro do prazo estabelecido pela ONU. Tais prazos refletem justamente no que Monteiro (2011) e Vieira (2012) denominam de relações paternalistas em que o doador dita as estratégias e objetivos aos países receptores. Na mesma linha de raciocínio, Pereira (2014) argumenta que

a cooperação Norte- Sul encontra-se muito ligada às trocas comerciais e às relações econômicas entre países doadores e países receptores. Um dos casos clássicos de análise da Cooperação Norte-Sul são as Convenções de Lomé (1975-2000), entre União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), promovendo o aprofundamento das condições para as trocas comerciais, principalmente das exportações, como garantia de condições mais favoráveis no acesso aos mercados por parte dos países ACP. (PERREIRA, 2014, p. 14).

Neste contexto, a UE é um dos principais parceiros e financiador dos projetos de desenvolvimento de Cabo Verde, tanto pelas ajudas como outros arranjos de cooperação. A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde se enquadra no modelo cooperativo Norte-Sul, o que pode ser notado nas formas como estabelecem diferentes reformas no cenário domésticos para que possam receber os benefícios.

Na sua relação com Cabo Verde, a UE tem se empenhado em levar a cabo várias ações visando a cobertura do país africano de infraestruturas, mas também tem-se fortalecido a cooperação no plano comercial, educacional, pesqueiro, social, entre outros. Geopoliticamente essas ações são apresentadas como ações moldadas por uma "cooperação solidária", ajuda internacional para o desenvolvimento, entre outras nomenclaturas, mesmo diante do novo modelo de cooperação assinado em Cotonou no ano de 2000. Portanto, acredita-se que os discursos políticos em torno da cooperação entre as duas instituições devem ser alterados. Diante disso, Vieira (2012) afirma que o governo cabo-verdiano transformou as relações com alguns parceiros que inicialmente era de caráter de ajuda ao desenvolvimento, a categoria de cooperadores como é o caso da EU, que se transformou num parceiro comercial

estratégico para o arquipélago. (VIEIRA, 2012, p. 27).

Tais iniciativas, foi um avanço para a PE de Cabo Verde, pois com a transformação da UE em parceiro comercial ganhou-se maior credibilidade entre os parceiros, o que e impulsionou a assinatura de acordos comerciais entre as partes. Desde então a UE tem assumido como principal parceiro comercial de Cabo Verde. Neste prisma, conforme artigo 10º, do Fundo de Desenvolvimento (2008-2013) a UE é o principal parceiro de Cabo Verde, tanto pela cooperação técnica como financeira. Outrossim, aproximadamente 86% dos fundos são canalizados por meio do apoio ao orçamento de Cabo Verde, que visa o combate à pobreza e a promoção do crescimento econômico sustentável e reforçar a parceria especial entre as instituições (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2015, p?).

A partir da década 2000 as políticas de cooperação da UE tiveram mudanças no plano internacional devido ao avanço das ameaças transnacionais na escala mundial, nomeadamente o terrorismo, emigração ilegal, tráfico humano transnacional, tráfico de droga entre outros fenômenos que afetam a estabilidade e a segurança da Europa e do mundo, a UE tem reforçado a cooperação com seus parceiros com intuito de se auto proteger diante dessas ameaças. Neste âmbito, de acordo com Barros (2011),

o objetivo da União consiste em criar um clima de segurança e estabilidade à sua volta, de modo a consolidar a sua própria segurança. Para tal, a União oferece a esses países grande apoio financeiro e a possibilidade de usufruírem das vantagens do seu mercado interno exigindo, por seu turno, que estes países colaborem nas reformas democráticas, na instauração de uma economia de mercado, assim como, no respeito crescente dos Direitos Humanos e os demais valores fundamentais (UE, 2004, *apud* BARROS, 2011, p.17).

Assim sendo, percebemos que a mudança da política externa europeia não visa apenas a preocupação com o desenvolvimento dos países do Sul Global, mas sim a sua estabilidade e expansão no contexto global.

Apesar de poucos recursos naturais, o país possui um posicionamento geográfico estratégico e algum tipo de recursos como o pesqueiro e marinhos que tem sido utilizado como estratégias para atrair os parceiros comerciais. Nesta perspectiva, o setor pesqueiro tem sido um dos setores responsáveis pelas relações comerciais cabo-verdianas, principalmente na exportação para os países parceiros como: Alemanha, França, Portugal, Espanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, EUA,

Grécia, Antígua e Panamá. (VIEIRA, 2012, p. 33). Ainda, Madeira (2019) defende que

por se tratar de um Estado que goza da estabilidade das suas instituições, que garante a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, encontra-se localizado no Atlântico Médio, o que acaba por despertar mais atenção e interesse por parte de diferentes parceiros, nomeadamente dos EUA, do Brasil, da UE e da China para a possibilidade de firmar acordos de cooperação e consolidar alianças. (MADEIRA, 2019, p. 99).

A exemplo das relações consolidadas, temos a UE que tem criado diversos acordos como a parceria especial celebrada em 2007 nas áreas pesqueiras denominado de “Parceria Especial de Pesca”. Segundo o documento oficial que gere essa parceria, o objetivo principal do acordo é reforçar a parceria entre UE e Cabo Verde, de modo a facilitar a criação de instrumentos que possibilita uma pesca sustentável exploração consciente dos recursos heliêuticos na Zona de pesca cabo-verdiana. Além disso, o acordo prevê os investimentos europeus no arquipélago com intuito de promover a economia nacional, garantir a segurança marítima, a integração da população cabo-verdiana nas frotas europeia e a cooperação económica, científica e técnica no sector das pescas e nos sectores conexos” (PARLAMENTO EUROPEU, 2008, p. 3).

Posto isso, percebe-se que os frutos do mar cabo-verdiano tem despertado maiores interesses da EU, estimulando-o no estreitamento das relações com as ilhas. Por conseguinte, os líderes cabo-verdianos disponibilizam conjuntos de privilégios comerciais aos países europeus, de modo a facilitar a inserção das suas multinacionais no país. Grosso modo, as parcerias entre as duas instituições “enquadram-se no conjunto de interesses comuns e partilha de valores e princípios, a democracia, o respeito pelos Direitos Humanos, a boa governação, a salvaguarda das garantias pelo Estado do Direito e a luta contra o terrorismo” (MORREIRA, 2017, p. 64). Ademais, enquanto Cabo Verde busca pelas conveniências que facilita o seu desenvolvimento e inserção internacional, a UE veja no acordo a possibilidade de se projetar no cenário global e contribuir na expansão da sua área de influência geopolítica, geoeconômica e manutenção do seu *status quo*.

4.1 AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO – APD DA UE PARA CABO VERDE

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial os Estados têm procurado

mecanismos e estratégias para proporcionar o desenvolvimento de forma consistente. Porém, para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – PEID’S, essa tarefa é um pouco mais complexa e desafiadora, tendo em vista que enfrentam diferentes limitações estruturais, associado a: a dimensão territorial, demográfica, econômica, fragmentação territorial, condições geoclimáticas, geográficas, entre outros. Para esses Estados o desenvolvimento não é fenômeno isolado, e sim um processo global e integrado, que possibilita a sustentabilidade das condições de vida dos seres humanos. Por isso, a cooperação multilateral tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos atores internacionais para facilitar o desenvolvimento sustentável de forma coletiva. A União Europeia desde a sua criação tinha como política a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural populacional. Além disso, suas ideias iniciais também consistiam na promoção da paz e solidariedade no mundo.

O tratado que regula a sua criação prevê algumas políticas que envolvia os países e ou territórios coloniais, com intuito de auxiliá-los no processo de desenvolvimento. Através da ajuda pública para o desenvolvimento a UE desempenhou e desempenha um papel importante para os países do Sul Global, especificamente a República de Cabo Verde que beneficiou dessas políticas de forma consistente a partir do ano de 2000 com a criação do Acordo de Cotonou. Tal ajuda tem como objetivo a promoção do bem-estar social, econômica e a estabilidade política de uma determinada nação e população. Ela é um dos instrumentos da cooperação Norte-Sul criado pelos organismos internacionais públicos e seus Estados membros para prestar assistências aos países subdesenvolvidos. Segundo Rosa (2014)

as ajudas públicas provêm de países doadores dos membros do CAD e outros países, da comissão europeia, e 52 de outras organizações internacionais para os países em vias de desenvolvimento. As formas de beneficiar das ajudas públicas são através de acordos bilaterais (cooperação, aquisição de equipamentos e projetos para construção de infraestruturas) e de contribuições para o orçamento do país considerado; por outro lado, existem acordos multilaterais que são feitos através de transferências de verbas e programas de ação conjunta (ROSA, 2014, p.52).

A ajuda é destinada aos países que apresentam níveis significativos de constrangimento para se desenvolver de forma individual, por isso recorrem aos países e organismos especializados que possam disponibilizar recursos para

contribuir no crescimento socioeconômico desses Estados subdesenvolvidos. A constante vulnerabilidade e instabilidade socioeconômica que vivia o país após a independência era importante conseguir subsídios e apoios que lhe permitia o combate ao subdesenvolvimento humano e a sobrevivência do país. Diante disso, a inserção no Acordo de Lomé substituído por Cotonou surge como instrumento de promoção de desenvolvimento assim como a internacionalização da economia cabo-verdiana. Nesta perspectiva, Oliveira (2013) afirma que

[...]durante o período de 1991 a 2000 as ações do governo tiveram por objetivo principal transformar a economia estatizada no mais próximo de uma economia de mercado. A democratização das instituições, a mudança do papel do setor privado no desenvolvimento do país e a abertura ao investimento direto externo foram as características mais marcantes (OLIVEIRA, 2013, p 6).

É neste bojo que a UE se configurou em um dos principais parceiros das ilhas tanto no plano multilateral como no plano bilateral. Desde o ano de 2000, com a criação do Acordo de Cotonou assinada na capital de Benim, que potencializava apoiar os países da ACP na superação dos obstáculos que afetam os cenários domésticos. Cabo Verde devido aos empecilhos que enfrentam aderiu-se a esse acordo com intuito de garantir a melhoria de condições socioeconômicas da sua população. A União Europeia tem financiado o arquipélago através do Programas de Indicativos Nacionais – PIN, com intuito de contribuir para a erradicação da pobreza e possibilitar o caminho para o desenvolvimento sustentável desse país do Sul Global.

Apesar do nosso olhar crítico sobre a sua atuação em Cabo Verde, não se pode desmerecer o papel desempenhado pelos seus membros no plano bilateral como multilateral para a viabilização das ilhas de Cabo Verde. Face a isso, Rosa (2014) defende que

a ajuda externa permitiu solucionar os problemas alimentares, melhorou o padrão socioeconómico das populações mais vulneráveis, permitiu a formação de milhares de quadros que se revelaram importantíssimos para o país. Contribuiu, também, para a construção e equipamento das infraestruturas, particularmente nos sectores da saúde e educação. Os apoios eram, na sua maioria, provenientes dos países amigos, das organizações multilaterais e, posteriormente, das ONGS. (ROSA, 2013, p.54).

Entretanto, as ajudas públicas foram um dos primeiros instrumentos utilizados pela elite política cabo-verdiana após 05 de julho de 1975 para a sobrevivência do

Estado e sua projeção no ambiente internacional. Cabo Verde apesar da sua pequenez e carência de recursos naturais tem conseguido manter os acordos e receber ajuda dos países e organismos doadores, não pelas suas condicionalidades ou limitações naturais, mas sim devido a sua capacidade de gerir as ajudas em prol do desenvolvimento da nação e defender os princípios sociais, económicos e políticos valorizados pelos países doadores. Nestas circunstâncias Madeira (2019) salienta que

o cumprimento das obrigações financeiras externas, em conformidade com as regras e princípios constitucionais, acabou por se traduzir na abertura ao comércio e ao investimento, permitindo, desse modo, uma relação económica bem-sucedida e mutuamente vantajosa com diversos países. (MADEIRA, 2019, p. 97).

Entretanto a sua boa relação com a UE e outros parceiros/doadores tem possibilitado o Estado a dar passos significativos no cenário internacional, nomeadamente o alcance do desenvolvimento médio declarado pela ONU em 2008, atingir os objetivos do desenvolvimento do milênio por duas vezes seguidas entre outras conquistas. Neste contexto, Silva (2018) afirma que

a sobrevivência e afirmação internacional de Cabo Verde, enquanto potência insular, resulta, inevitavelmente, do investimento vantajoso na cooperação multilateral, com enfoque na sua política externa, obrigando a um reforço contínuo para manter a imagem e credibilidade de Cabo Verde no mundo. (SILVA, 2018, p. 16).

Além disso, as ajudas públicas e parcerias comerciais têm contribuído para o país acompanhar e cumprir as principais agendas internacionais. Por outro lado, Pereira (2005) defende que

este tipo de ajuda procurava manter os laços económicos e políticos com as zonas de influência herdadas do passado colonial, centrando-se no financiamento de projetos e assistência técnica, formas de ajuda estas que implicam contratos condicionados à importação de máquinas e equipamentos produzidos nos países doadores. (PEREIRA, 2005, p. 22).

As ajudas oferecidas pelos países e organizações doadores muitas das vezes retornam para os países de destino, visto que os órgãos doadores são os principais parceiros comerciais dos países receptores dessas ajudas, mais concretamente Cabo Verde.

Divido às mudanças que vêm surgindo no cenário mundial desde o Acordo de

Cotonou assinado em 2000, a União Europeia mudou a sua política de prestação de ajuda para os países da ACP. O acordo foi responsável para reajustar as políticas de cooperação entre os dois grupos internacionais, com o intento de propor um acordo mais justo e equitativo entre ambas as partes. Neste contexto, além da redução e eliminação total da pobreza tinha também como foco ajudar os países parceiros em alcançar o desenvolvimento sustentável e a integração desses países na economia mundial.

O Acordo de Cotonou tinha como filosofia o livre comércio entre os parceiros, ideia pelo qual entendemos como a nova forma de fomentar a interdependência entre os países do Sul e do Norte. Neste âmbito, Santos e Caetano (2009) constataam que

O novo acordo, baseando-se nas atuais regras da Organização Mundial do Comércio – OMC, prevê, após um período de transição definido, que sejam introduzidos os APE que irão substituir os regimes não recíprocos de Lomé e, por essa via, implementar um regime bilateral para o comércio de bens e serviços, de forma a que o comércio esteja totalmente liberalizado até 2020. (SANTOS & CAETANO, 2009, p. 3).

Posto isso, defende-se que a mudança da política externa europeia foi influenciada pela nova ordem mundial. Ou seja, o foco não era apenas beneficiar os países da ACP, mas também acompanhar a política mundial liderada ou proposta pela OMC. Neste contexto, Pereira (2005, p. 23) fomenta que com o fim do Lomé IV em 20 de fevereiro de 2000 a ordem internacional teve mudanças com a criação da OMC que deu grandes passos nas relações entre a UE e a ACP com a realização do primeiro encontro em Cairo, que foi o início das negociações para a criação do novo acordo de parceria econômica, social e política entre a UE e os 77 países do ACP que culminou com a criação do Acordo de Cotonou em junho do mesmo ano.

Entretanto, os países e organizações que eram vistos apenas como prestadores de assistências humanitárias passaram a ser grandes parceiros comerciais e econômicos dos países do ACP em específico de Cabo Verde. Os países da União Europeia têm ligações diretas com Cabo Verde através de acordos e cooperações assinadas em diversos setores estratégicos, como a educação, saúde, comércio, entre outros setores técnicos.

Essas parcerias são fundamentadas pelas retóricas de solidariedade dos países doadores em relação aos países receptores. Por outro lado, acreditamos que além do caráter solidário, a parceria acarreta uma parcela significativa dos interesses

de ambas as partes. Neste contexto, Barros (2011, p. 18) conclui que *a estratégia de Cabo Verde é procurar desenvolver parcerias, com atores que partilham interesses comuns, de modo a permitir o reforço da utilidade do país para a segurança atlântica e afirmar-se cada vez mais na cena internacional*. Apesar de pouca barganha nessa relação, Cabo Verde acredita que conseguiu fazer o jogo de cintura que viabilizou incentivos para maior aproximação com esses países. Um dos fatores motivadores dessa cooperação que na lógica dos agentes diplomáticos é expressa em ajuda para desenvolver-se, estão o seu posicionamento geoestratégico que desde o período colonial desenvolveu um papel importante, como também durante a Guerra Fria, quando os estadunidenses e os soviéticos manifestaram interesses em instalar bases militares nesta região como forma de se prevenir de ataques durante o conflito bipolar.

Em forma de síntese, defende que a cooperação ou ajuda pública ao desenvolvimento entre os países europeus e Cabo Verde não se resume em apenas solidariedades, mas sim uma cooperação movida por interesses estratégicos não declarados por ambas as partes.

4.2 A PARIDADE DA MOEDA: ACORDO CAMBIAL ENTRE CABO VERDE PORTUGAL

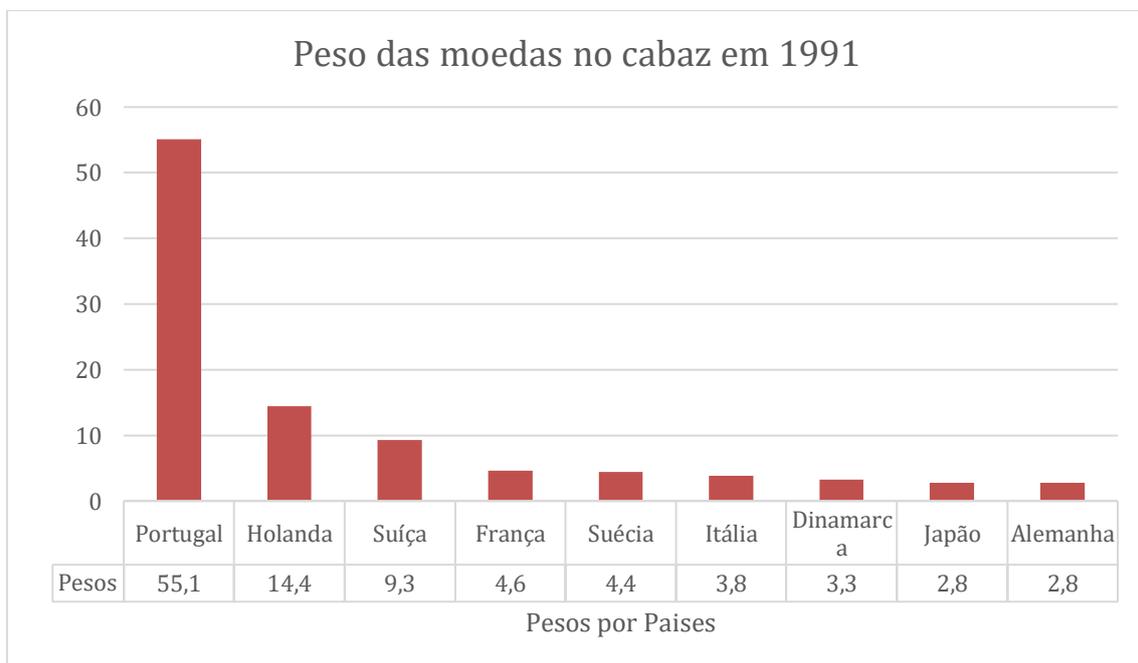
A valorização da moeda é tida como condição-chave para o desenvolvimento de uma determinada nação e/ou região. Desde os finais da década de 40 do século passado para início da década de 50 do mesmo século, as elites políticas e econômicas defendiam a estabilidade da moeda como fator importante para o crescimento socioeconômico de país ou região. Porém o auge das discussões sobre a temática foi a partir da década de 80 do século XX quando os países estavam afundados de forma drástica nas taxas de inflação que se reuniram para discutir as políticas monetárias como mecanismo de contenção da taxa de inflação.

Historicamente a humanidade passou por diversos regimes cambiais e Cabo Verde não tem sido diferente, e sempre tinham como foco os regimes fixos. *Foi neste cenário, incluindo a proximidade histórica e linguística, que os Estados cabo-verdiano e portugueses celebraram o acordo que estabeleceu a taxa de câmbio fixa do escudo cabo-verdiano (CVE) face ao escudo português (PTE)* (MORREIRA, 2017, p. 47). Após a independência a moeda adotada pelo arquipélago foi o escudo cabo-verdiano que era vinculado aos escudo português. Entretanto após a desvalorização da moeda

portuguesa, o arquipélago desvinculou a sua moeda do escudo português “*passando a adoptar um regime de taxas fixas relativamente a um cabaz de moedas, representativas dos principais parceiros comerciais de Cabo Verde*” (BCV, 2008, p. 29).

Além disso, as remessas de emigrantes cabo-verdianos assumiram um papel relevante na condução das políticas cambiais do país. De acordo com os documentos do Banco de Cabo Verde – BCV, “*o peso de cada moeda era determinado pela proporção das importações totais, acrescida de um terço das remessas de emigrantes provenientes de cada um dos países representados no cabaz*”. (IDEM, p.18). A partir de 1977 com a adoção do novo regime cambial houve diminuição das moedas por cabaz. Em 1977 cada cabaz tinha 18 moedas e em 1980 o cabaz tinha apenas 9 moedas. Ademais, houve a expansão da moeda cabo-verdiana para outras diásporas na qual sua moeda estava distribuída em pequena porção como podemos ver no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Peso da Moeda em Cabaz em 1991



Fonte: Gráficos do autor, elaborados com dados de BARBOSA; Josefá (1995).

Acredita-se que um dos fatores que incentivou a criação do acordo cambial entre Portugal e Cabo Verde em 1998 foram os grandes fluxos comerciais existentes entre os dois países como podemos ver no gráfico. Nesta linha de pensamento as

informações da BCV (2008) salientam que

as características da pequena economia de Cabo Verde levam a que o país opte por um regime de taxas de câmbio fixas, por outro, a intensidade das relações económicas com Portugal justificam que se tenha decidido pela vinculação ao escudo português.(BCV, 2008, p. 31).

Sendo uma economia aberta, a paridade fixa da moeda com Portugal seria mais uma estratégia da elite política cabo-verdiana para ultrapassar os constrangimentos domésticos.

Desde 1998 a moeda cabo-verdiana passou a ter uma valorização em relação ao Euro. Esta estratégia tinha os seguintes objetivos:

a criação de condições para o incremento dos fluxos comerciais e de investimento, o apoio ao processo de reformas estruturais da economia cabo-verdiana com vista à abertura e modernização da sua economia e a estabilidade cambial entre as moedas dos dois países, como condição para o sucesso dos objetivos enunciados. (BCV, 2008, p. 30-31).

Esses objetivos foram estabelecidos devido as incertezas da política cambial existente na altura. Sendo uma pequena economia a adoção do regime fixo cambial era tido como uma política que viria a facilitar na superação das suas vicissitudes, assim como a promoção da estabilidade socioeconômica do país e a sua integração econômica com Portugal. Para tanto entende-se que a diplomacia cabo-verdiana sempre foi defender os interesses nacionais, mas esse ato “solidário” da diplomacia portuguesa não passa da estratégia europeia de manter a ligação e interdependência das ilhas da sua antiga metrópole. Neste prisma, Monteiro (2011) defende que “o aumento da dimensão económica da UE foi acompanhado da necessidade e vontade desta instituição em se afirmar no plano internacional, dando vazão à sua pretensão imperial, intervindo em domínios como a diplomacia e segurança”. (MONTEIRO, 2011, p. 30). Pois, acredita-se que ao vincular sua política monetária ao outro país, isso significa que a nação cedeu parte da sua soberania a um país estrangeiro. Nesta perspectiva, Vasco Marta (2006) afirma que

no caso de Cabo Verde, atendendo ao regime de câmbio vigente, “peg” ao Euro, os custos para a Política Monetária de um eventual processo de euroização são bastante mitigados. Com efeito, o país já tem uma Política Monetária que é condicionada pela necessidade da garantia do “peg” CVE ao Euro, o que faz com que a Política Monetária nacional tenha perdido parte da sua autonomia. (MARTA, 2006, p. 23).

Diante disso, acreditamos que essa medida é viável a curto ou médio prazo, mas a longo prazo isso pode trazer consequências negativas para o país, visto que a política monetária é um dos fatores importantes para a condução do país para o desenvolvimento sustentável. Ademais, o acordo cambial pode ser mais um mecanismo de fomento do neocolonialismo neste país do Sul global.

A política externa do arquipélago preza pelas dinâmicas econômicas, ou seja, sendo uma economia aberta e pequena os líderes aproveitam qualquer fissura que possa ascender a sua economia e o crescimento econômico. Por outro lado, questionamos até que ponto o oportunismo diplomático cabo-verdiano é positivo, já que em alguns dos casos o país parece disposto a abrir mão da sua soberania em detrimento do crescimento econômico.

Após substituição do escudo português para o euro, Cabo Verde teve benefícios no espaço euro, fixando o câmbio de cada euro vale 110,265 CVE. A adesão portuguesa ao euro não afetou o acordo cambial celebrado entre os dois Estados, muito pelo contrário, houve autorização para manter o acordo desde que ela não influencia as políticas monetárias europeias. Efetivamente, a taxa cambial é uma das variáveis macroeconômicas importantíssimas para o comércio internacional. Uma das vantagens dos regimes cambiais fixos é que o governo não vai se preocupar com as políticas monetárias e cambiais domésticas para proteger o câmbio nacional mesmo com a desvalorização da moeda nacional. Para um país como Cabo Verde que depende dos fluxos externos, os regimes flexíveis também podem ser uma mais-valia para a política econômica do país em relação às trocas com seus parceiros comerciais Europeus.

Ora, para pequenos Estados a integração regional é tida como meio eficaz para o desenvolvimento do sistema financeiro, por isso acreditamos que o acordo cambial pode ser um dos empecilhos para a adesão do arquipélago a, moeda única africana. Conforme Tolentino (2015),

Cabo Verde é parte da geopolítica africana e, neste sentido, o país deveria assumir a sua natureza e vocação inter-regional, no sentido de aproveitar de forma mais eficaz a sua relação com a comunidade onde se insere, o que não significa “abrir mão” de outras parcerias estratégicas consideradas úteis para o desenvolvimento do país. (TOLENTINO, 2015 apud MADEIRA, 2019).

Apesar de que alguns analistas ilustram as vantagens de Cabo Verde na sua maior aproximação com as organizações internacionais, cremos que tal integração

com a CEDEAO e UA não passa de um discurso, pois a diplomacia cabo-verdiana é voltada para o Ocidente. A União Africana enquanto região continental lançou a moeda única para o continente, que vai facilitar as trocas comerciais e financeiras entre os Estados do continente, por isso para as ilhas aderir à moeda africana seria necessário “abrir mão do acordo cambial” com a comunidade europeia. Cremos que a inserção no mercado livre do continente além de proporcionar maior liberdade socioeconômica para o país seria a forma de impor seus interesses em ações e desvincular da política hierarquizada da UE.

4.3 ACORDO DE PARCERIA ESPECIAL UE E CV

A globalização tem causado mudanças tanto no plano político e econômico como nas estruturas sociopolíticas e geopolíticas dos Estados. Esse fenômeno tem incentivado os governantes a tomarem medidas cada vez mais inteligentes e estratégicas para se relacionar com seus vizinhos e se projetar no sistema internacional. Desde o Acordo de Lomé a UE e Cabo Verde têm celebrado diferentes acordos, em especial nos setores comerciais e outros setores estratégicos como ferramenta de desenvolvimento do país. Ainda em plena vigência do Acordo de Cotonou, em 19 de setembro de 2007 foi aprovado o acordo denominado de *Acordo de Parceria Especial – APE* que consistiu em uma relação de reciprocidade entre as partes sem a conotação histórica das relações Norte-Sul. *Esse modelo contribui para que o arquipélago almeje ir além do quadro das relações existentes, com vista a alcançar um elevado nível de cooperação.* (MADEIRA, 2019, p. 102).

A *priori*, a ideia de uma aproximação mais privilegiada de Cabo Verde à UE foi manifestada por algumas lideranças, professores e embaixadores portugueses⁵ ao fazerem uma petição junto a UE para futura inserção das ilhas na comunidade europeia. Mas devido aos regimentos políticos e jurídicos da comunidade a ideia não passou de uma utopia. Mesmo assim os manifestantes acreditavam que o tratado de Roma deixava uma brecha para a inserção de Estados fora do continente na sua organização. Pois, defendem que em termos de identidade cultural o arquipélago é semelhante da, Europa. A despeito disso, Ferreira (2011,

⁵ Professores Mário Soares e Adriano Moreira, Freitas do Amaral, Laborinho Lúcio, Padre Vítor Melícias, General Silvino Silvério Marques, os embaixadores Leonardo Mathias e Francisco Knopfli, além de Carlos Monjardino, Medina Carreira, Maria de Jesus Barroso e o Almirante Vieira Matias.

p.42) defende que “a aproximação à União Europeia constituiu, em boa parte, um desígnio de identidade político-cultural, através da representação social de um país ‘com os pés em África mas a cabeça na Europa’”. Além disso, justificaram que a adesão das ilhas a UE seria estratégica para as relações África e Europa.

Tanto no país como na diáspora os pensadores cabo-verdianos não viram essa petição com bons olhos, não só pela forma como ela foi pensada, mas também pelos próprios interesses estratégicos da diplomacia do país. Na verdade, os responsáveis da diplomacia cabo-verdiana nunca posicionaram oficialmente a favor de inserção na comunidade europeia. Com intuito de amenizar as inquietações causadas, Jose Luís Rocha, então Diretor Nacional de Assuntos Políticos e de Cooperação, recorreu às páginas do Ministério de Negócios Estrangeiros de Cabo Verde – MNECV, afirmando que

em nenhuma das reuniões diplomáticas que precederam, e nem como membro da equipa de negociação que redigiu palavra por palavra e vírgula após vírgula, o projeto de Comunicação da Comissão sobre a qual baseou-se a Declaração do Conselho de Novembro de 2007, nunca houve mandato para solicitar uma qualquer adesão (ROCHA, 2010, *apud* BARROS, 2011, p. 11).

Outrossim, em 2006 os líderes cabo-verdianos e algumas lideranças portuguesas falaram-se pela primeira vez sobre as possibilidades de uma futura parceria especial entre as ilhas de Morabeza e a comunidade europeia. A nova parceria não significa adesão de Cabo Verde na comunidade, mas sim uma parceria de carácter *sui generis* que visa a maior aproximação entre as duas instituições reforçando os laços económicos e políticos definidos no Acordo de Cotonou.

“Tal parceria foi fundamentada sob o ponto de vista de que estes dois atores internacionais partilham interesses e desafios comuns, assim como, nos laços históricos, culturais e linguísticos que caracterizam as suas relações”. (NEVES, 2015, p.38).

O APE é um dos instrumentos políticos cuja retórica é ultrapassar o tradicionalismo diplomático entre os Estados doadores e países receptores. Tal acordo privilegia algumas bases da política defendida pelos dois atores: a boa governação, segurança e estabilidade nacional, convergência técnica e normativa, sociedade de informação e do conhecimento, a luta contra pobreza e desenvolvimento. Vale salientar que o APE não é um instrumento que substitui as

negociações do Acordo de Cotonou, mas sim uma nova parceria que abrange outros setores como segurança e desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma relação que tem vindo a crescer e a consolidar-se, a ponto de hoje ter atingido um patamar qualitativamente novo e inimaginável há pouco tempo atrás, e é uma mais-valia para Cabo Verde, com valor acrescentado em matéria da segurança. (SILVA, 2018, p. 16).

A UE entende que para alcançar o desenvolvimento é preciso que o Estado esteja estável e seguro. É neste bojo que surge a nova proposta de cooperação com este país do Sul Global. Com efeito, não é só isso que lhe interessa, porque sendo o continente mais próximo da África, e Cabo Verde situado no atlântico médio, sua instabilidade pode comprometer a segurança da Europa. Por isso, entendem-se que é melhor criar condições que possibilitam a segurança das ilhas como forma de autoproteção. Assim sendo, *a UE promove a segurança e a estabilidade em África (Cabo Verde) como garantia da sua própria segurança e procura parceiros no combate às “intempéries” que dificultam um ambiente propício para o comércio e desenvolvimento* (BARROS, 2011, p.18).

Ademais, desde a criação da parceria foram levados a cabo conjuntos de mecanismos que viabilizam a construção de estruturas propícias para a segurança e estabilidade do país. As primeiras mudanças foram em termos institucionais administrativos, em que foram criadas diversas leis e outros tipos de instrumentos jurídicos no setor de segurança marítima, aérea e todo setor de segurança nacional de modo geral. Também a UE aumentou a sua participação nas missões conjuntas no patrulhamento nos territórios marítimos de Cabo verde, formação aeronáutica, entre outros tipos de capacitação que viabilizam a eficiência de Cabo Verde no combate aos conflitos ilícitos no seu território.

Consequentemente, essas estratégias ilustram-nos como os dois atores estão cientes da importância de construir ações conjuntas que possibilitam a criação de uma cultura da paz e estabilidade para facilitar a execução dos seus interesses econômicos e comerciais, e proporcionando o desenvolvimento socioeconômico e a segurança global. Segundo Silva (2018),

olhando para a lei magna de Cabo Verde, a reciprocidade entre a UE e Cabo Verde é evidente, na medida em que ambos defendem valores como a democracia, os direitos dos homens, políticas económicas e governativas salubres, a paz, segurança e luta contra a criminalidade organizada em todas

as vertentes (SILVA, 2018, p. 16).

Nota-se que o desenvolvimento e a segurança são os principais eixos destacados nessa parceria. As partes envolvidas posicionem-se de forma firme frente a essas problemáticas para manter o *status quo*. Ou seja, seria mais uma estratégia de manter a política de boa vizinhança e de governança global lançada pela UE em 2003.

Cabo Verde busca tirar proveitos nessas relações, mas sabemos que a sua pouca barganha é um dos empecilhos para uma negociação igualitária com a comunidade. Também a sua estrutura macroeconômica frágil e dependente dos fluxos externos, em especial da própria união e seus membros, não lhe permite influenciar a regra do jogo. Por isso, tudo que parece viável para a sua sobrevivência e projeção global é transformada em estratégia diplomática.

4.4 ACORDOS COMERCIAIS ENTRE CABO VERDE E EU

As ilhas de Cabo Verde desde o princípio das grandes expansões marítimas e comerciais desempenharam um papel relevante durante as trocas comerciais entre as diferentes regiões durante o tráfico transatlântico. Apesar de ser um Estado pequeno, o seu posicionamento diante das demandas internacionais assumiu e tem assumido um lugar de destaque no âmbito da diplomacia multilateral e bilateral. A título de exemplo, o Conselho da UE,

salienta a importância de promover a continuação do processo de integração política, econômica e comercial de Cabo Verde nesta parte da região da África Ocidental, a qual não irá de maneira nenhuma ficar prejudicada com o progresso da "Parceria Especial" e apela a Cabo Verde para que desempenhe um papel construtivo no âmbito da CEDEAO, com base na sua própria experiência como modelo de desenvolvimento pacífico (CUE, 2007, p. 4).

Sendo uma nação dependente dos fluxos externos (remessa de migrantes, turismo, ajudas humanitárias e cooperação) as elites políticas tentam a todo custo criar infraestruturas e flexibilizar as legislações nacionais que permitam a inserção desses incentivos no país.

A queda do Muro de Berlim marcou uma nova ordem internacional, em que as leis do mercado superaram os regimes do Estado. Diante disso, o liberalismo

econômico parecia consensual para o desenvolvimento coletivo. A UE com intuito de recuperar o lugar perdido, em 2002 começou as negociações com os países do ACP para um acordo de reciprocidade que visa a criação do Acordo de Parceria Econômica – APE, que defende a livre circulação de comércio entre esses dois grupos de países.

No plano econômico Cabo Verde não é um país atrativo para grandes investimentos empresariais estrangeiros devido à falta de recursos naturais tradicionais nas ilhas, mas mesmo assim vem se posicionando de forma coesa diante dos desafios da globalização e integração econômica. Com base nisso, Pires (2010) afirma que

em sentido favorável, a nossa localização geográfica privilegiada, fazendo com que Cabo Verde tenha uma posição de relevo no Atlântico médio, caminhando presentemente para o auge da sua economia e, desempenhando uma função importante na circulação de mercadorias, pessoas e na segurança da região africana (PIRES, 2010, p. 12).

Desde a sua emancipação a governança local tem criado insumos de modo a torná-lo mais atrativo diante das potências mundiais. Sua geolocalização tem possibilitado grandes conquistas no plano econômico e busca pelo desenvolvimento. Assim sendo, em 2008 foi criado o Acordo de Parceria Econômica – APE entre os países da ACP e a UE, cujo objetivo é a liberalização das trocas comerciais entre esses atores internacionais. Cabo Verde não ficou a margens dessas cooperações e foi privilegiado com a cooperação bilateral entre as ilhas e UE, fruto das relações sólidas existentes entre as partes desde 1977.

As partes defendem que a parceria comercial seria uma mais-valia para as relações do arquipélago com o resto do mundo e ia contribuir de forma significativa para a inserção e diversificação da economia internacional. Neste prisma, de acordo com Ferreira (2011),

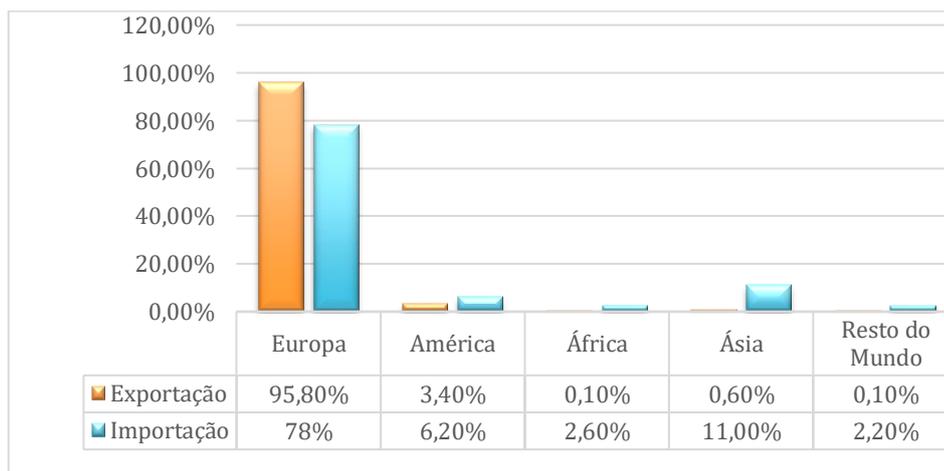
a estratégia de desenvolvimento do país a longo prazo assenta na sua integração dinâmica na economia mundial e na promoção da sua competitividade no quadro da globalização dos mercados, tal como estabelecido na Estratégia Nacional de Transformação. Nesse contexto, a política externa e a aproximação e inserção em espaços maiores sempre assumiram grande importância no processo de desenvolvimento (FERREIRA, 2011. p. 31).

Por isso, a diplomacia econômica das ilhas é ajustada de acordo com as conjunturas internacionais e os regimes comerciais. *A priori* a sua diplomacia era

conduzida pelo próprio Estado que tinha maior controlo sobre a criação das empresas, porém com a globalização essas políticas foram mudando obedecendo as leis dos mercados. Ou seja, desde os anos 1990 a diplomacia econômica passou a ser o principal instrumento de captação de investimentos para o desenvolvimento nacional.

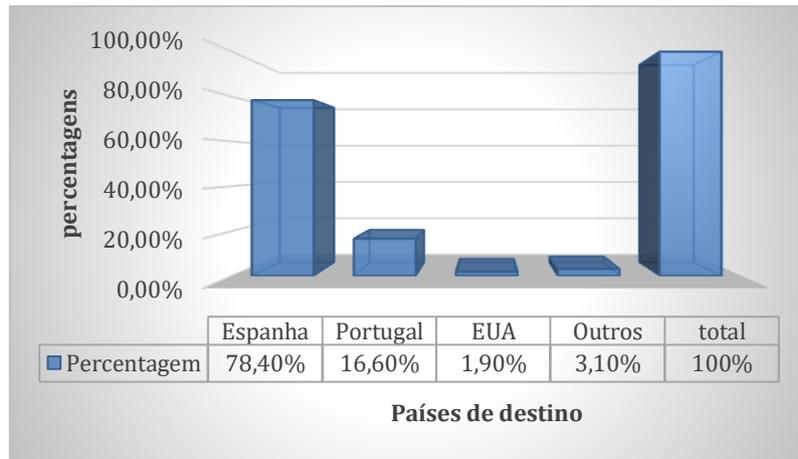
Os dados estatísticos nacionais ilustram que desde a assinatura desse acordo as trocas comerciais entre as ilhas e seus parceiros têm-se aumentado de forma gradativa. Em 2018 os seus principais parceiros comerciais têm sido os países da Zona Euro, que exportam cerca de 95,8% dos produtos para Cabo Verde e importam aproximadamente 78,0% das produções cabo-verdianas. No gráfico que se segue apresentamos os dados de importação e exportação de mercadorias do arquipélago, distribuídos em percentagens por zonas econômicas dos comércios cabo-verdianos.

Gráfico 2 - Parceiros Comerciais Externos de Cabo Verde por Zonas Econômicas



Fonte: Elaboração própria com dados de INE (2019).

De acordo com as representações gráficas podemos notar que tanto as importações como as exportações das ilhas de morabeza têm como origens e destinos os países da União Europeia. O país que mais compra os produtos de Cabo Verde é a Espanha, representando cerca de 78,4% dos produtos cabo-verdianos, e em seguida Portugal com o valor de 16,6%.

Gráfico 3 - Exportação de mercadorias por países de destinos em mil contos (2018)

Fonte: Elaboração do autor com dados da INE (2019).

De acordo com o gráfico 3, afirma-se que a diplomacia comercial cabo-verdiana está voltada para a comunidade europeia. Outrossim, os dados ilustram que os objetivos da parceria especial apresentam contradição, pois eram definidos como meta da APE em contribuir para a aproximação de Cabo Verde e CEDEAO. Em detrimento disso, as ilhas têm se afastado da sub-região e aproximando-se cada vez mais da Comunidade Europeia.

Os principais produtos exportados pelas ilhas são os peixes e outros derivados oceânicos. De acordo com os dados da FAO (2014), os frutos do mar representam aproximadamente 16,7% de proteínas animais consumidas no mundo e 6,5% de proteínas animais e vegetais consumida pelos seres humanos globais. Por isso, os países desenvolvidos como os membros da UE têm aumentado o consumo de peixes e mariscos. Assim, a aproximação ou parceria de pesca com o país do Sul global celebrado em 2007 vem neste bojo. Independentemente das justificativas do projeto de cooperação, entendemos que a emergência de diversificação alimentar e de consumo consciente e saudável é o princípio dessa parceria.

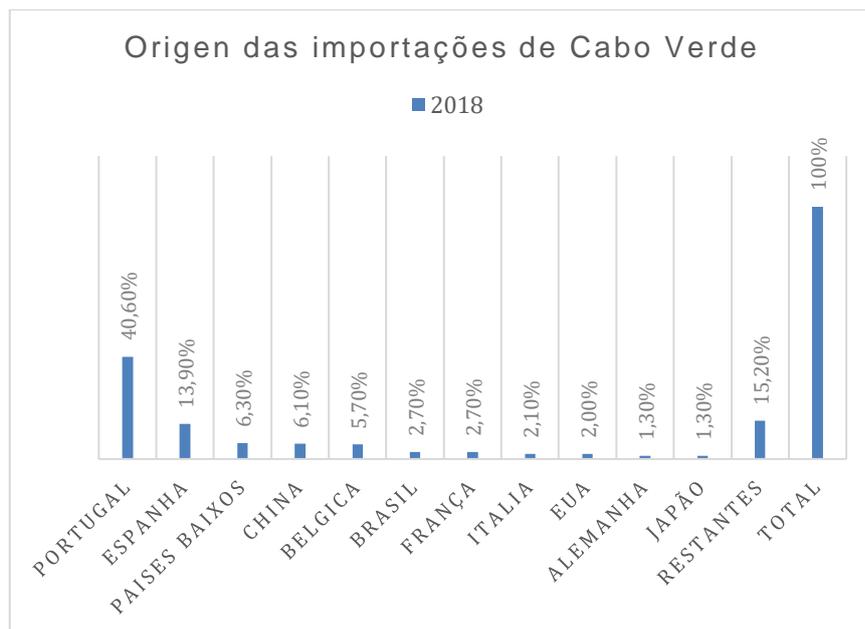
Cabo Verde vê nesse projeto um grande contributo para a modernização dos equipamentos de exploração desses recursos naturais cabo-verdianos, que têm se configurados no principal produto de exportação. De acordo com os dados da UNESCO (2012), o mundo tem verificado um constante crescimento populacional e estima-se que até 2050 a população pode chegar a nove bilhões de pessoas. Diante disso, percebe-se de acordo com os dados de consumo de pescados e recursos marinhos que vai haver um aumento significativo no consumo desses produtos, o que

ilustra a necessidade de mudança nas dinâmicas da produção sustentável de pescados e seus derivados.

Assim sendo, numa visão mais crítica podemos assinalar que a parceria de pescada UE seria mais uma estratégia política dessa organização para ter privilégios no acesso aos mares cabo-verdianos. Além disso, as ilhas têm um vasto território marítimo e fazem fronteiras com Mauritânia, Senegal e Gambia e isso possibilitaria uma maior aproximação da comunidade europeia com esses países e a própria região. Resumindo, percebe-se que a atuação da UE em Cabo Verde é nada mais do que um discurso de solidariedade que viabiliza a exploração dos recursos naturais deste país do Sul global e beneficiando da sua geolocalização para aproximam-se de outros parceiros do continente.

São vários os fatores que facilitam essas trocas e acordos comerciais entre as partes. Também podemos destacar que a Zona Euro concentra um número significativo de imigrantes cabo-verdianos, e a organização multilateral que mais apoia o país de origem no seu processo de desenvolvimento. Sua estabilidade sociopolítica, estrategicamente bem localizado no atlântico, tem lhe possibilitado o acesso aos vários mercados principalmente aos mais sólidos como é o caso da UE. Quanto à importação nacional, os dados do INE (2019) ilustram que Portugal é o que mais fornece produtos a Cabo Verde.

Gráfico 4 - Importação de mercadorias de Cabo Verde por país de origem em mil contos (2018)



Fonte: Elaboração do autor com dados do INE (2019).

Ademais, o que tem facilitado essa negociação com esses países são os acordos e convenções assinados entre Cabo Verde e esses países em termos bilaterais. Como podemos notar o arquipélago tem criado meios de facilitação das negociações com a comunidade europeia com intuito de fazer com que parcerias específicas que viabiliza a condução do país ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, acreditamos que as ilhas de morabeza precisam se posicionar de forma mais acentuada diante das ofertas da UE para que possam tirar um proveito maior e ter uma negociação mais equilibrada. A parceria entre as partes ainda não possibilita a criação de um modelo de autodesenvolvimento de Cabo Verde, pois ainda as estruturas macroeconômicas nacionais são frágeis e vulneráveis. Isso releva que tais acordos e parcerias têm uma retórica que contradiz a realidade, já que Cabo Verde se submete às legislações da união para que possa garantir seus benefícios. Tal postura pode levar à inviabilidade das potencialidades cabo-verdianas no âmbito internacional, ou seja, parece-nos que o pragmatismo diplomático no setor comercial tem perdido o seu foco, o que revela uma grande preocupação e exige que as lideranças cabo-verdianas façam a reformulação da sua política comercial, tornando-a mais prudente para os interesses nacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa notamos que as “relações internacionais” cabo-verdianas não se resumem apenas em ações pós-independência, pois, desde o seu “achamento” desenvolveu um papel de território multi-relacional foi, laboratório de experimentos de conexões entre os diversos atores e fatores, a saber: cultural, financeiro, civilizacional, sociopolítica, geoeconômica e geopolítica, partilhado os objetivos com Portugal. Outrossim, a configuração da política externa se concretizou com a independência em 05 de julho de 1975 em plena Guerra Fria.

Apesar de poucos recursos humanos e naturais tradicionais percebemos que a sua diplomacia tem tido um papel importantíssimo na sua ascensão no cenário regional e extra-regional. Conclui-se que os primeiros passos de Cabo Verde para a inserção internacional foram ainda no período colonial quando seu líder Amílcar Cabral, através do movimento anticolonialista apelidado de PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde, iniciou os primeiros contatos com os diversos países e organizações, alguns deles recém-independentes solicitando o apoio para descolonização e/ou emancipação política.

Após a emancipação política em 1975 as dinâmicas da diplomacia mudaram, mas o pragmatismo continua prevalecendo. Sem a presença portuguesa neste território, os líderes nativos orientaram as suas políticas externas em busca de parceiros para desenvolvimento do país que se encontrava política e economicamente desestruturado, devido as condicionalidades supracitadas. Por isso, a diplomacia do não alinhamento mitigado adotado pelas elites políticas juntamente com as alianças aos movimentos independentistas tentou prosseguir num ambiente internacional conturbado e bipolar.

As ilhas cabo-verdianas desde o seu surgimento apresentavam indícios de precariedade e vulnerabilidade. Ciente disso, os líderes autóctones ao ascenderem no poder pautaram pela luta de sobrevivência do Estado cabo-verdiano e sua inserção na economia mundial. Então, devido aos constrangimentos nacionais a política externa foi um dos instrumentos utilizados para a viabilização do país, o que incentivou a delineação da diplomacia oportunista com viés realista. Nota-se que o país conseguiu dar passos significativos no cenário internacional e conseguiu alguns objetivos como a sua sobrevivência às catástrofes e empecilhos naturais. Mas ainda após quatro décadas de emancipação política há forte condicionamento para o

desenvolvimento, mesmo assim tem sido referenciado como caso de sucesso na sua região. Ademais, afirma-se que a diplomacia e o modelo de desenvolvimento adotados pelas elites políticas não têm facilitado o seu auto desenvolvimento, que seria criar uma cultura política desenvolvimentista que caso essas ajudas forem cortadas o país possa caminhar só por meio dos recursos domésticos.

Desde a independência a diplomacia foi pautada em prol dos interesses nacionais com objetivos fixados. Para este tipo de posicionamento, os realistas argumentam que são estratégias egoístas dos Estados em cooperar com outros atores, pensando na autoajuda e benefícios próprios em que o jogo de soma zero prevalece. Efetivamente, sabiam que caso a diplomacia falhasse ia originar em colapso da nação o que não justificaria os motivos da independência.

Diante disso, ao longo da pesquisa as primeiras conclusões que chegamos sobre as parcerias e cooperação entre as ilhas e a União Europeia é que as duas teorias nos garantem insumos para explicar a cooperação entre as partes envolvidas. Pois, do ponto de vista realista concluímos que Cabo Verde procura a ascensão internacional e a sua sobrevivência como Estado pequeno e insular na conjuntura global. O fraco poder de barganha e o déficit econômico revelam os interesses das ilhas de morabezas em manter acordos mesmo sabendo que a tal ideologia de ganho coletivo não prevalece.

Ainda com base nesta teoria, cremos que União Europeia devido aos conflitos transnacionais, a migração ilegal e os terrorismos a sua aposta em cooperação com o país de Sul Global é importante para a sua sobrevivência num cenário global cada vez mais competitivo e integralizado. Para os países da comunidade europeia é consensual que a melhor forma de se proteger dessas ameaças transnacionais e propor um ambiente propícia para os negócios e desenvolvimento sustentável é cooperar com seus vizinhos e países estratégicos, de modo que possibilita a se defender e manter estabilidades nos arredores. Com isso, a UE busca manter relações com países estratégicos como Cabo Verde que possivelmente vai facilitar a sua aproximação com o continente africano. Ou seja, como as ilhas são membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO, irão conquistar mais espaços para futuras parcerias entre o bloco europeu e a sub-regional africana com o intuito de criar arranjos de cooperação que defendem as ideias comuns e manter seu *status quo*.

Além disso, as abordagens realistas baseadas em questões de segurança

entendem que há uma desconfiança entre os Estados, e as funções atribuídas a eles é proteger a sua população contra qualquer tipo de ação externa e garantir a paz no cenário doméstica criando uma cultura da paz, por isso defende-se que as diferentes cooperações e acordos assinados com o arquipélago vêm neste bojo de tentar se proteger de futuras ameaças e também aumentar suas áreas de influencias, como foi o caso de parceria de mobilidade e a parceria especial.

Por outro lado, concluímos que algumas das ações (parceria especial de pesca, acordo Cambial etc.) dessa organização para este país do Sul global são instrumentos neocoloniais que possibilitou o crescimento econômico de Cabo Verde, porém o país não consegue ter uma negociação igualitária devido à falta de barganha. Até então a dívida pública cabo-verdiana tem-se aumentado o que lhe torna cada vez mais refém da potência europeia. Também entendemos que a questão de não interferência nos assuntos internos não prevalece nessas cooperações, visto que antes de assinar as parcerias tanto a comunidade como seus Estados membros apresentam conjuntos de mudanças estruturais que o Estado cabo-verdiano tem que cumprir para que possa beneficiar dos acordos.

Grosso modo, dialogando com a teoria realista a pesquisa evidencia que a cooperação internacional tem dois objetivos que são: benefícios e objetivos. Assim sendo, as dinâmicas da cooperação entre Cabo verde e UE são movidas pelos interesses mútuos tanto na tentativa de combater os crimes transnacionais ilícitos nas fronteiras desses territórios como também na expansão geopolítica das partes em uma escala maior a UE. Ambos acreditam que cooperando podem adquirir mais ganhos e de forma mais eficaz e globalizada. Neste contexto, o conceito de *jogo de soma zero* defendido pelos realistas poderia explicar as dinâmicas da parceria entre o arquipélago e a União Europeia, visto que tal conceito argumenta que o ganho de um ator nas ações internacionais em defesa dos seus interesses automaticamente o outro ator cooperante perde, como é o caso de Cabo Verde nas suas relações coma a potência Europeia.

Quanto às ideologias liberais entendem que o Estado desde que aderiu ao sistema democrático e acompanhou as regras do jogo do sistema econômico liberal global tem se apresentando como nação preocupada com a integração econômica como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável. Ainda na perspectiva liberal ilustra-se que Cabo Verde mesmo de forma tímida tem procurado espaço no bloco sub-regional como mecanismo de desenvolvimento. Essas definições de cooperação

tiveram ascensão a partir do fim da Guerra Fria quando as temáticas da cooperação começaram a ter mais visibilidades no cenário internacional que culminou com a derrota do “Realismo”.

Tradicionalmente a teoria liberal possui características mais adequadas para explicar o fenômeno da cooperação. Assim, acreditamos que para um dos objetivos iniciais ela é digna para dar respostas a tal inquietação que é o aumento da interdependência entre os países membros da União Europeia e a República de Cabo Verde. Durante os estudos verificamos que a maioria dos projetos e acordos de cooperação entre as partes em análises são fundamentadas pela ideologia de interdependência e benefícios comuns. Também os projetos fomentam a questão de horizontalidade durante as negociações entre as partes. Apesar da retórica dos projetos consistiu em igualdades entre as partes durante a celebração dos acordos e parcerias, na prática a UE contradiz nas negociações com Cabo Verde tira maior proveito dos projetos, assim como impõe as regras da cooperação.

Ainda afirma-se que o realismo e o liberalismo são duas teorias que possibilitaram a explicação sobre a cooperação entre os dois atores internacionais. Pois, ambos partem das suas análises a partir do Estado, mas em perspectivas diferentes. Sendo assim, a cooperação entre Cabo Verde e a Comunidade Europeia deve ser explicada a partir da mistura das duas teorias, a depender das análises e propostas analíticas do autor ou analista. Entretanto, nesta pesquisa os materiais consultados (com algumas exceções) revelaram que o realismo é a mais adequada para dar explicação à cooperação entre os dois atores. Em parcelas de situações ou textos e projetos de cooperação analisados notificamos que tanto os interesses como a solidariedade são instrumentos que estão em torno desses projetos. Efetivamente, defende-se que ambas as partes estão cientes dos ganhos e constrangimentos que tal acordo possa significar para sua política externa e domésticas, mas mesmo assim acreditam na cooperação como principal via para superação das suas limitações e atingir os determinados objetivos e finalidades colocados pelo desafio da globalização.

De acordo com as propostas e projetos de cooperação analisados, afirmam-se que a cooperação e/ou atuação político-diplomática europeia em Cabo Verde subsume-se à categoria de “diplomacia de prestígio & imperialismo soft”, ambos cuja forma e atuação se baseiam nos discursos ardilosos e interesses econômicos agudos, respectivamente. A mencionada cooperação beneficia desproporcionalmente a organização regional do Norte (UE) e mantém uma dinâmica neocolonial com o país

do Sul Global. A título de exemplo, podemos ver o caso da parceria de pesca que apesar dos vieses econômicos favoráveis para Cabo Verde, quem mais se beneficia é a União Europeia tendo em vista que as ilhas têm poucas influências nesse setor (carece de infraestruturas). Com isso, salientamos a emergência de mudanças das retóricas dessas ajudas e parcerias de modo a proporcionar maior transparências nesses acordos e tratados.

No entanto, há emergência de problematizar por uma cooperação igualitária, mesmo sabendo das limitações dos Estados pequenos em relação à barganha no âmbito internacional. Nestas perspectivas, os liberais indicam-nos o caminho para romper com as ideologias da cooperação Norte-Sul ou de países doadores-receptores. Para esses objetivos, concordamos com as ideias dos liberais sobre a integração regional e sub-regional como instrumentos de emancipação econômica do Sul em relação ao Norte. Pois, uma integração regional e mercado comum podem ser a estratégia a ser adotado por Cabo Verde para diminuir a sua dependência da UE e se posicionar como um ator mais ativos no ambiente internacional em especial nas negociações com a UE. Neste contexto a aproximação e integração com a CEDEAO parece mais viável e estratégico para a eliminação ou diminuição da tal dependência econômica deste país do Sul Global para com a comunidade europeia.

O pragmatismo diplomático utilizado por Cabo Verde é uma estratégia viável de emancipação, ou melhor, de redução da dependência dos parceiros tradicionais, e para isso é importante apostar-se nas aproximações com as potências emergentes. Pois, ainda a sua diplomacia econômica tem privilegiado muito o Ocidente, em especial a comunidade europeia, ou seja, há emergência de se aproximar de forma mais aprofundada no bloco regional e sub-regional.

REFERÊNCIAS

BARROS, Nilton J. P. **A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Academia Militar, Lisboa, 2011.

BCV - Banco de Cabo Verde. Os Regimes Cambiais em Cabo Verde. **Caderno BCV**, Série Educação Financeira, n. 08, Praia, 2008.

CARDOSO, Kátia. A Diáspora Ao Serviço Do Desenvolvimento: Os Pontos de Contato entre A Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana. In **Comunidade (s) cabo-verdiana(s)**: as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana. Organização de Pedro Góis. ACIDI, I.P, Lisboa, 2008.

CARDOSO, Maria M. A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde nos anos 90. Cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Sto. Antão: a importância de planos integrados. **Centro de Estudos Internacionais (online)**, 3, 2002. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/cea/1094> >. Acesso em 03 ago. 2019.

CARDOSO, Soraia A. de S. M. **A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011.

CINTRA, Ricardo. **Cooperação internacional e o debate entre Realistas e Liberais**. São Paulo, 2004.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde** - Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados- -Membros reunidos no Conselho. Bruxelas, 2007.

COUTINHO, Katlyn. R. G. **Análise da Política Externa de Cabo Verde (1975 a 1990)**: A Configuração e Atuação da Política Externa de Cabo Verde Durante a Guerra Fria. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais), Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2015.

CRUZ, Lavínio A. C. da. A Política Externa no desenvolvimento de Cabo Verde. **Revista Sol Nascente** N.9 - Março 2016. Disponível em: < http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/n9_lavinio_cruz.pdf >. Acesso em 24 de jun. 2019.

DAMÁZIO, Andrea M. **Referenciais de cooperação do SEBRAE**. SEBRAE, Brasília, 2012.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. **Documentos de Acordo de Pesca entre Cabo Verde UE**. Praia, 2007.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. **Documentos de Parceria Especial entre União Europeia e Republica de Cabo Verde**. Praia, 2007.

FERREIRA, Patrícia M. **Cabo Verde pescas e migrações** - a outra face da moeda: o impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde. Instituto Marques de Valle Flor, Lisboa, 2011.

FURTADO, Vitor. Organizações Internacionais e Ajuda Pública Multilateral a Cabo Verde. **Conjuntura Global**, Curitiba, vol. 6 n. 2, 2017, p. 160-190. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/edicao-actual/>>. Acesso em 14 de jun. 2019.

GOMES, José. **A inserção de Cabo Verde na CEDEAO**: o comércio e as migrações. 1ª ed. Edições Eletrônicas, CEAUP, 2009.

GOMES, Vaciliso F. **O contributo dos movimentos sociais na implementação e consolidação da democracia em Cabo Verde (1975-1991)**. Monografia (Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais), Universidade de Mindelo, Mindelo, Cabo Verde, 2016.

GOVERNO DE CABO VERDE: **Documentos de Parceria Especial**. Praia, 2008. Disponível em: https://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**, London: Palgrave Macmillan, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Índice de Preços do Comércio Externo** – Ano 2018. Praia, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Inquérito Multiobjectivo Contínuo 2014 e Estatísticas das Migrações**. Praia, 2015.

KEOHANE, Robert; N. J. **Power and Interdependence**. 3ª ed. Nova Iorque: Longman, 2001.

MACHADO, F. P. M. & SANTOS, M. P. Regimes internacionais: teoria e metodologia de análise da efetividade dos regimes ambientais. **Prismas: Dir., Pol. Pub. e Mundial**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 167-217, 2009.

MACIEL, Tadeu M. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 5, p. 215-229, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14087>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MADEIRA, João P. Cabo Verde: de um “Estado inviável” ao pragmatismo na política Externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, 2016. 11 (1), pp. 85-101. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19093063201600010005>. Acesso 25 Maio 2018.

MADEIRA, João P. Política Externa cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força. **Estudos internacionais** • Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2019 p.87 – 109. Disponível em: <

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/16441/pdf>
>. Acesso 22 ago. 2019.

MARTA, Vasco. **A Euroização da economia cabo-verdiana**. Banco de Cabo Verde, Praia, 2006.

MARTINS, Amarilis B. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência**. Dissertação (Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2009.

MERRIEN, François-Xavier. Os acordos de parceria econômica entre a União Europeia e o Grupo de Países Da África – Caribe – Pacífico: Nova Governança ou Nova Dependência? **Revista tempo do mundo/ rtm/ v. 1. n. 1 | dez. 2009.**

Disponível

em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6251/1/RTM_v1_n1_Acordos.pdf>
Acesso em 16 de jun. 2019.

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e Interesse**: motivações e estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. 1ª ed. Curitiba: Apris, 2018. 350p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social** - teoria, Método e Criatividade. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em:

<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MONTEIRO, Eder. **A Política de cooperação em Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas: Cidadania e Governança) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2009.

MONTEIRO, M. I. G. **Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia-UE**: uma mudança de paradigma nas relações entre Cabo Verde e UE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

MOREIRA, Edmilson de J. Vaz. **As Relações político-diplomáticas Entre Cabo Verde e Portugal Desde 1975 à Atualidade**. Dissertação (Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2016.

MOREIRA, Edna J. L. **A Diplomacia Económica como um dos Vetores da Política Externa de Cabo Verde**: Análise dos Principais Tratados Bilaterais e Multilaterais. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

NASCIMENTO, R. B. Ensaio da introdução às relações internacionais. Faculdade

Damas – **Caderno de Relações Internacionais** – v.3, n.4 (2012). Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revista/index.php/relacoesinternacionais>>. Acesso. 22 maio 2019.

NEVES, Danielson. J. D. et al. Aspectos gerais do clima do arquipélago de Cabo Verde. **Ambiência Guarapuava** – PB, v.13 n.1, Paraíba, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/3466/pdf>>. Acesso em 25 jun. 2019.

NEVES, Emeline M. **Relatório de estágio Consulado Honorário Portugal no Mindelo estudo de caso: Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: o contributo de Portugal. Relatório de Estágio (Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais)**, Mindelo, Cabo Verde, 2015.

OLIVEIRA, Jailson da C. T. **Política monetária em Cabo Verde e mudanças macroeconômicas: evidências empíricas**. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho e Economia de Empresas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PECEQUILO, Cristina. As teorias das relações internacionais - o mapa do caminho: estudo e prática, in: **As teorias das relações internacionais**. 9. Ed. Alta Books, 2016. Cap. 3, p. 111- 143.

PEREIRA, Francisco M. R. N. **A União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico** – meio século de parceria. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus), Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.

PEREIRA, Ludmila C. **Cabo Verde: da descolonização à abertura democrática**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governança), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, Portugal, 2013.

RINALDI, Augusto L. **A política externa do governo Lula: identificações e orientações**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, Brasil, 2015.

RIO+20. Cabo Verde no contexto no desenvolvimento sustentável. Praia, 2012.

SANTOS, C. M. **Integração Regional e desenvolvimento: o caso da CEDEAO**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2014.

SANTOS, Maria M. & CAETANO, José M. Os acordos de cooperação económica entre a União Europeia e os países ACP. **Relações Internacionais** – RI, n.22, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000200007>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo, Saraiva, 2005.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **RECIIS – R. Eletr. Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.1,

p.46-57, mar. 2010. Disponível em: <
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>>. Acesso em 11 de jun.2019.

SEMEDO, José. L. **Política Externa, inserção internacional e desenvolvimento: o caso de Cabo Verde**, Évora. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2015.

SILVA, Antônio C. Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico. In, SANTOS, M. E. M. (coord.). (1995). **História geral de Cabo Verde. Vol. II-** Lisboa; Praia: IICT. Centros de estudos de histórias e Cartografia Antiga: Instituto nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995.

SILVA, Nataniel, F. **A geolocalização de Cabo Verde e os desafios à segurança face às ameaças híbridas: o caso do narcotráfico e o terrorismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) – Instituto superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal, 2018.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. 2012.

VIEIRA, Adelina. **Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento**. Mestrado em (Relações Internacionais) – Universidade de Beira do Interior, Covilhã, Portugal, 2012.